



# Anais da Assembléia

Nº 170

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 250ª SESSÃO ORDINÁRIA  
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)  
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1975  
(Quinta-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosátio Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Luiz Alberto Oliveira (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Lázaro Dumont e Osvaldo Macedo (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### TELEX:

Do Senhor Angelo Calmon de Sá, Presidente do Banco do Brasil S/A., nos seguintes termos: Faço referência Telex de 23 outubro último, em que essa Assembléia Legislativa formula apelo no sentido da manutenção de linha especiais de crédito ao setor madeireiro. Embora não restabelecida a assistência nos moldes anteriormente adotadas, quando assumiam maior proporção os problemas do setor. Apraz-me comunicar a Vossa Excelência a abertura de linha especial na área da CACEX, de par com as faixas normais de crédito a que podem recorrer as indústrias madeireiras. Além disso, os casos merecedores de tratamento excepcional poderão ser objeto de exame, devendo as propostas ser apresentadas pelos clientes nas agências onde operam. Saudações. — Ao Conhecimento da Casa.

### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, solicitando dispensa de publicação em redação Final dos Projetos de Resolução nºs 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 180, 181, 182, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 206, 207, 208, 209, 210/75 e de Lei nº 184/75.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja consignado em ata, "um voto de louvor" à Srta. Liliana Sperandio, que exerceu as atividades de Diretora da Biblioteca Pública do Paraná, no período de 01 de junho de 1973 a 01 de dezembro de 1975, sendo suas principais atividades durante a gestão, as seguintes:

1 — Realização do concurso "A mais bela Estória Infantil" tendo inclusive a participação de um júri composto só de crianças.

2 — Edição de um livro contendo as estórias premiadas no concurso "A mais bela Estória Infantil".

3 — Levantamento total e global de todo o acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

Conseguiu junto ao Governo do Estado para que fosse ampliado, em mais de 20 vagas, o quadro de bibliotecários da Biblioteca Pública do Paraná, possibilitando assim, o aproveitamento de igual número de profissionais já aprovados em concurso público.

5 — Ampliação do número de locais, na Capital, a serem atingidos pelo carro da Biblioteca Voltante.

6 — Instalação de uma sucursal da Biblioteca Pública do Paraná no Bairro do Boqueirão.

7 — Mudança para local mais apropriado da seded sucursal da Biblioteca Pública do Paraná no bairro do Bacacheri.

8 — Ampliação do sistema Caixas-Estantes visando melhor atender as Bibliotecas existentes nas cidades do interior.

9 — Assistência técnica às várias Bibliotecas da Capital, e das cidades do interior.

10 — Realização de Cursos, palestras, conferências e exposições sobre Bibliotecas, em mais de 30 cidades do Paraná.

11 — Dinamização dos cursos instrutivos e recreativos na área infanto-juvenil da Biblioteca Pública do Paraná.

12 — Exposição e outras atividades culturais e cívicas na sede da Biblioteca Pública do Paraná.

13 — Participação em vários lançamentos bibliográficos ocorridos na Biblioteca Pública do Paraná.

14 — Distribuição de livros para inúmeras Bibliotecas do interior do Paraná.

15 — Contatos junto aos órgãos federais, visando encaminhar o equacionamento da construção da Biblioteca Infantil em Curitiba.

16 — Incentivou as atividades de intercâmbio com organismos culturais.

Liliana Sperandio, rua Izaías Beviláquia, 212 - apt. 102 -A.

Requer, ainda, seja comunicado do inteiro teor deste requerimento, o Sr. Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Theodócio Jorge Atherino.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, dispensa da audiência da Comissão de Recursos Humanos, para o Projeto de Lei nº 187/75, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que ouvida a Casa, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de determinar reparos nas estradas que ligam Palmeira-Ponta Grossa e Palmeira-São João do Triunfo, ambas em péssimas condições de trânsito.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) LINEU TURRA

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente, à presença de V. Exa.,

Considerando que, em ato de assinatura de convênio entre o Banco Nacional de Habitação e a Prefeitura Municipal de Maringá, ocorrido na sala da Presidência do Banco do Estado do Paraná, na última terça-feira, o Sr. Noel Lobo Guimarães, Secretário do Interior, que a presidiu indevidamente, agiu desrespeitosamente para com as autoridades presentes ao conceder a palavra a um presidente de diretório municipal da Arena, que aproveitou da oportunidade para fazer proselitismo político;

Considerando que o envolvimento da administração pública estadual em atividade político-partidárias tem sido uma constante nos últimos tempos no Paraná;

Considerando que esse comportamento incentiva e adota o tráfico de influência e o peleguismo dentro dos órgãos oficiais;

Considerando que a administração pública, como ente não tem e não pode ter partido;

Considerando que é definido como crime eleitoral o envolvimento e o aproveitamento da administração pública em atividades político-partidárias e em campanha eleitoral,

Vem respeitosamente requerer que, ouvido o plenário, se registre nos Anais desta Assembléia, o profundo descontentamento do Poder Legislativo pelos atos condenáveis praticados por aquele Secretário e que se o notifique para que se abstenha de novas atitudes desta natureza, sob pena de, assim prosseguir, ser responsabilizado criminalmente pelos seus atos.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o plenário, seja enviado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade determine conservação da estrada que liga São Mateus do Sul a Irati.

Justifica-se o presente requerimento, Sr. Presidente, pelo fato de que o atual, a estrada recentemente inaugurada, pelo ex-Governador Emílio Gomes a 13 de março do corrente ano, encontra-se completamente sem conservação pondo em risco os veículos que ali trafegam e seus transeuntes.

Um pronto atendimento, por parte daquela Secretaria, ao fato, evitaria dissabores futuros e evitar-se-ia uma solução de continuidade daquelas estradas.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, solicitando a alteração do Decreto 6336, publicado no Diário Oficial 210, de 31.12.74, prorrogando o prazo de validade das Cédulas de Identidade expedidas pelo Instituto de Identificação do Paraná (anteriores a 15 de janeiro de 1970) que vencerá no dia 15 de janeiro de 1976, por ser ato da maior justiça, uma vez que o Departamento competente não tem sido as necessárias condições de um perfeito atendimento aos interessados.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o plenário, requer seja enviado ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que determine estudos visando, a instalação de uma agência na sede do município de Teixeira Soares.

A exemplo da instalação de agências bancárias em outros municípios a cidade de Teixeira Soares, é um dos municípios com maior número de aposentados na zona rural.

Cidade que apresenta vida urbana desenvolvida e alta densidade econômica, está acompanhando ritmo na dinâmica do processo de desenvolvimento do Estado.

Possuindo expressa atitude bancária, está de modo evidente, a exigir tal instalação, cujo atendimento notadamente eficaz, daria condições, para uma mobilidade de ação muito maior, elevando, desta forma, volume de diversas operações e, sobretudo, motivando o empresariado local.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de telex às autoridades relacionadas conforme justificativas e texto em anexo.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

"Embora sejamos o celeiro de gêneros alimentícios para o Brasil, não temos sido completados com rodovias. A agricultura tem sido espinhada. O IBC está em guerra aberta contra o nosso Estado. O que nos pertence, como a TELEPAR e a Estrada de Ferro Central do Paraná, a União nos toma, e não nos retribui com indenização justa.

Isto aqui se tornou terra-de-ninguém.

Joga-se com a sorte do povo, paranaense, como os imperadores romanos jogavam com a vida dos cristãos, esfaqueados, na ARENA, pelas feras famintas e sob os aplausos delirantes da multidão insensível.

Até onde iremos? Até quando teremos de suportar os vexames e os prejuízos?

Trago, hoje, ao conhecimento desta Casa um fato concreto de descaso.

Refiro-me à inopinada decisão da CESP — Cia. de Eletricidade de São Paulo, — de proceder ao fechamento das comportas da represa da Capivari no dia 20 de dezembro, isto é, depois de amanhã, sábado.

Incumbida das obras da construção de dita usina, a CESP não havia fixado data para a tomada de tal medida.

Indecisa, estimara que o fechamento iria verificar-se em março ou maio de 1976.

Diante disso, os proprietários das terras não tiveram dúvida em fazer um último plantio de cereais, soja, milho, feijão, trigo, arroz etc., porquanto haveria tempo suficiente para a respectiva colheita.

Eis que a CESP decidiu, ha poucos dias, que o prazo fatal deveria expirar depois de amanhã.

Movimentaram-se os Sindicatos Rurais, inclusive o de Primeiro de Maio, cujo município vai ser o mais atingido pelo alagamento.

Pleitearam, todos o adiamento do fechamento das comportas para fins de março, objetivando, com isso a colheita do que haviam plantado de boa fé. Mas, a CESP, implacável e irredutível não deu ouvidos aos sucessivos apelos.

Se efetivar-se a ameaça, serão inundados, a partir do dia 20 próximo, nada menos de 23.350 alqueires de terras férteis, abrangendo uma área de 565 quilômetros quadrados. Serão atingidos onze municípios paranaense, Porecatu, Alvorada do Sul, Sertãozinho, Primeiro de Maio, Florestópolis, Ibiporã, Jataizinho, Rancho Alegre, Santa Mariana, Leopoldina e Sertãozinho.

Sem contar os estabelecimentos industriais, que ficarão submersos, temos a revelar que cerca de 1 milhão e 300 mil sacas de soja deixarão de ser colhidas. Não falamos do milho, do feijão, do arroz, e de outros produtos que também ficarão totalmente perdidos.

Fácil imaginar o prejuízo que essa perda de colheita acarretará para a economia paranaense. Fácil imaginar o golpe que sofrerá a política de incremento das exportações brasileiras, que está sendo estimulada pelo próprio Governo Federal.

Ninguém, contudo, se comove com o drama de milhares de famílias. Ninguém cuida de impedir que tudo vá por água abaixo.

A CESP quer. Tudo terá de ser feito como a CESP determina.

Faço caloroso apelo a esta Casa a fim de que se una num telegrama de apelo e de protesto aos Exmos. Srs. Presidente da República, Ministro de Minas e Energia, Ministro de Agricultura e Presidente da ELETROBRÁS, visando evitar o fechamento prematuro e anunciado à última hora, das comportas da represa da Capivara.

Submeto à apreciação da Casa o seguinte texto de telegrama:

“Desinformados data fechamento comportas represa Capivara no Rio Paranapanema vg agricultores vg integrados programa federal incremento exportações vg plantaram soja et outros cereais esperando colheita março 1976 pt Ocorre CESP deliberou inopinadamente dito fechamento vinte dezembro ficando insensível calorosos apelos produtores prejudicados pt Apelamos Vossência nome Assembléia Legislativa tome providências junto CESP sentido adiamento para fim de março permitindo ,assim abundante colheita cereais pt Cordiais Saudações”.

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná se tornou privilegiado pela natureza, Os recursos de que dispõe são imensos e economicamente exploráveis.

Partamos da uberdade do nosso solo, lembremos as riquezas minerais, contemplemos as ainda apreciáveis reservas florestais, Para onde quer que nós nos voltemos, ali estará algo que nos enche de satisfação e de orgulho.

Atentemos, por exemplo, para as potencialidades de hulha branca de que somos tão ricos.

Quase nenhum outro Estado da Federação foi tão bem aquinhoado, quase nenhum outro Estado da Federação pode vangloriar-se, como nós, dos recursos hídricos com que conta.

Usinas hidroelétricas têm sido aqui construídas. Outras

se encontram em fase de construção. Outras — entre elas Itaipu — não passaram ainda da fase do projeto, mas não demorarão em tornarem-se realidade palpável.

É pena, porém, que toda a energia não pode ser totalmente consumida por nós, eis que muito temos ainda a caminhar nas sendas da industrialização.

Por esse motivo, exportamos a maior parte dela.

Beneficiam-se, assim, no sul, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, e no centro, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Orgulhamo-nos dessa contribuição importantíssima que damos para o desenvolvimento econômico nacional. Damos-la, sem que o país nos retribua de maneira conveniente.

Muito ao contrário, somos relegados até a plano secundário, esquecidos os outros de que também somos parcela da República Federativa do Brasil.

Recordemos alguns dos prejuízos de que somos vítimas em decorrência da construção das usinas hidroelétricas:

É sempre uma empresa de outro Estado, como a eletrosul, a CESP e a FURNAS, que ficam com a incumbência do projeto e construção da usina, em detrimento da COPEL, que passa à humilde condição de mera distribuidora de energia. Se outro fôsse o critério, estaríamos ensinando à Companhia Paranaense de Eletrificação o aperfeiçoamento do seu “know-how”, além do fato de sensibilizar o nosso amor-próprio paranista.

Como empresa de fora desconhece certos aspectos da nossa formação, da nossa economia e dos nossos interesses, promove a desapropriação das áreas necessárias ao represamento das águas, e fixa, para elas, preços arbitrários sempre muito aquém do preço real vigente.

Não adianta o proprietário resistir e protestar. Não tem quem o defenda na luta contra a empresa poderosa. Forçado, aceita as somas irrisórias que lhe são oferecidas, sob pena de perder tudo.

Sobrevem o alagamento da extensa faixa. Em consequência, diminui a produção agrícola e pecuária, em detrimento da economia pública e particular. As rendas caem assustadoramente.

A inundação das terras provoca outro fenômeno: o “êxodo dos trabalhadores rurais para os centros urbanos”... Chegam esperançosos de um lugar ao sol. Mas sem qualificação profissional, não encontram o desejado emprego nas indústrias.

Dá-se por muito feliz quando arranja um sub-emprego, com salário de fome, para continuar vegetando.

Na maior parte das vezes, porém, as favelas, brotadas como cogumelo nos bairros citadinos, em decorrência do afluxo anormal das famílias que se retiram das regiões transformadas em lagos, se tornam o antro do crime e do vício. As populações marginalizadas, em desespero, apelam para o roubo e para a violência. Os assaltos, os homicídios, a prostituição e os outros delitos crescem espantosamente.

O Paraná está se apequenando territorialmente. Já perdeu alguns milhares de quilômetros quadrados, por força das usinas hidroelétricas surgidas.

Mas, os beneficiados não reconhecem esse fato.

A União, por exemplo, tem sido madrasta do Paraná desde há muito tempo. ”

#### PROJETO DE LEI:

##### PROJETO DE LEI Nº 190/75

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Senhoras de Rotarianos de Francisco Beltrão, com sede e foro em Francisco Beltrão.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) DENI SCHWARTZ —

# JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhoras de Rotarianos de Francisco Beltrão, é uma entidade que tem por finalidade manter, dirigir e colaborar em obras e iniciativas com fins especificamente filantrópicos.

A documentação que anexamos ao presente, comprova as suas finalidades, bem como estar em condições para ser reconhecida de utilidade pública.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei que temos a certeza, contará com o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lineu Turra, primeiro orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem comparecemos à tribuna para tecermos algumas considerações a respeito das estradas de nossa região, Palmeira-Ponta Grossa e Palmeira-São João do Triunfo, que consideramos vitais para o desenvolvimento econômico da região. Ao mesmo tempo tecemos alguns críticas ao comportamento do Secretário dos Transportes que se referindo às nossas reivindicações, a reivindicação feita pelo Prefeito de Palmeira, entendeu que somente seria possível o atendimento das reivindicações justas do povo daquela região, se a situação política mudasse.

Nós que moramos, vivemos e nascemos em Palmeira, sabemos que antes o Governo ali era da ARENA e aquelas estradas estavam nas condições em que estão hoje e, também, não se fez como devia a pavimentação asfáltica Palmeira-Ponta Grossa.

Hoje, não se faz porque o Governo Municipal é do MDB.

Não há justificativa para a omissão e a omissão é, no meu entender, por parte do Secretário dos Transportes até dolosa, uma vez que nossos apelos têm sido no sentido de que reparos sejam feitos para que possibilite um trânsito normal.

A estrada São João do Triunfo, como se não bastassem as precaríssimas condições de tráfego, ainda está com seu leito entulhado de pedras, possibilitando até um acidente de graves proporções e pelo qual será, inevitavelmente, responsável o próprio Estado.

Mas, tão logo fizemos nossas críticas em defesa dos interesses da nossa região, e não de nossos interesses particulares dois ilustres Deputados arenistas caíram genuflexos em oração como que tomando as noveus por Juno.

Um deles disse que conhecia por dentro e por fora o município de Palmeira. Referia-me à estrada de São João do Triunfo-Palmeira e ele se referia à estrada Cantagalo-Faxinal do Silva. Essa é uma estrada municipal e nada tinha a ver com o assunto que estávamos tratando. O outro dizia que Palmeira é dotada de boas estradas e que o município está sendo bem atendido.

Não é verdade, e o próprio Deputado Alfredo Gulin, poderá confirmar o que estamos afirmando, isto é que o Governo do Estado não tem dado o mínimo atendimento à nossa região.

Ainda, esses dias vimos publicado no jornal "O Estado do Paraná" um artigo sobre as condições precaríssimas em que se encontram a rede escolar de ensino. Um dos prédios em que funciona um Grupo Escolar está praticamente impossibilitado de funcionar. A própria Diretora declarou que estava na contingência de pedir o auxílio da Prefeitura a fim de procurar, de imediato, outro local para o funcionamento do Grupo.

De sorte, que não é verdade, o que se afirmou, que Palmeira está sendo bem atendida. Não é verdade.

Queremos dizer, nesta oportunidade, com respeito ao projeto que apresentamos e que foi vetado pelo Governo, que no nosso entender como advogado militante há dezesseis anos,

não era o mesmo inconstitucional. Tanto isto é certo que a própria Comissão de Constituição e Justiça desta Casa aprovou o projeto e rejeitou o veto do Sr. Governador. Não sou só eu que estou afirmando que o projeto era constitucional, mas a própria Comissão de Constituição e Justiça desta Casa entendeu que o Projeto era constitucional, em cuja Comissão estão os mais ilustrados juristas que fazem parte da bancada tanto da ARENA, como do MDB.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos dizer que a nossa posição é de defesa dos interesses do povo, a nossa posição é exatamente ao contrário daquela em que se posicionaram os dois Deputados que nos contestaram, porque nós, aqui, defendemos os interesses do povo, e não, os interesses...

(— É interrompido).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Esta Presidência comunica a V. Exa., que lhe resta apenas 1 minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. LINEU TURRA — ... e não estamos aqui para defender os interesses de amigos, ou interesses de companheiros, quando esses interesses se contrapõem aos mais altos interesses do nosso Estado.

Como o nosso tempo é escasso, Sr. Presidente, quero apenas dirigir um requerimento ao Sr. Secretário dos Transportes nestas oportunidade, no qual nós solicitamos imediatas providências para que seja feita, seja determinada a recuperação da estrada Palmeira-São João do Triunfo, e Palmeira-Ponta Grossa, a fim de que melhores condições ao povo da região, dê ao escoamento da sua produção, e para o qual, eu peço o apoio desta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, segundo orador inscrito.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Esta nossa fala de hoje leva também a assinatura do nobre Deputado Egon Pudell. (Lê):

"Na qualidade de únicos representantes de Toledo nesta Assembléia, temos a satisfação de nos dirigir ao prezado Deputado, para solicitar o seu apoio à criação do 2º Ofício de Registro de Imóveis e do 2º Tabelionato em nossa cidade, conforme estabelece o projeto elaborado pelo egrégio Tribunal de Justiça e encaminhado a esta Casa, em forma de mensagem, pelo Senhor Governador.

Inadvertidamente, dois Deputados apresentaram emenda perante a Comissão de Constituição e Justiça, suprimindo a criação desses dois novos cartórios. Essa emenda, em virtude do critério adotado na apreciação de outras, terminou por ser aprovado. Entretanto, essa emenda "não pode" ser aprovada pelo plenário, por contrariar os interesses da população do nosso município.

Eis porque, como os únicos Deputados que estão autorizados a falar em nome de Toledo e representando ambos os Partidos — ARENA e MDB — vimos solicitar a V. Exa. que, por ocasião da votação da matéria no plenário, conceda-nos o seu voto contrário à aprovação dessa emenda.

É que Toledo não pode permanecer apenas com um tabelionato e com um cartório de registro de imóveis. A criação dos dois novos ofícios proposta pelo Projeto de Lei de Organização Judiciária, atendeu, a pedido de toda a população, formalizando através de documento assinado pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. Lino Bortolini.

Apenas um cartório de notas e apenas um cartório de registro de imóveis não são suficientes para atender às necessidades do município. É que Toledo conta atualmente com uma população estável superior a 100.000 habitantes, dos quais, 70.000 residem na Zona Rural, e 30.000 na sede, colocando-se

em 8º lugar em número de eleitores do Estado. Da mesma forma, Toledo ocupa o 8º lugar no Estado, em termos econômicos. Sua lavoura, sua indústria e seu comércio são destaques absolutos em todo o oeste do Paraná, tanto que a agência do Banco do Brasil é a 3ª do Estado, só superada por Curitiba e Londrina.

Mais de 25 advogados militam e residem na comarca. As sedes dos distritos judiciários de Ouro Verde, Novo Sarandi e Nova Santa Rosa são maiores e melhores que muitas comarcas do nosso Estado.

O orçamento do município de Toledo para o exercício de 1976, é de 103 milhões de cruzeiros, o dobro do orçamento de Florianópolis.

Além disso, esses fatos concretos, a criação de mais um tabelionato e de mais um registro de Imóveis atualizará e oferecerá melhores condições para o bom andamento dos servidores dos serviços de atendimento aos mais de 10.200 proprietários rurais do município. Da mesma forma a criação do Cartório Privativo de Protestos prende-se ao fato de no ano de 1974 terem sido encaminhados para protesto mais de 10.700 títulos, dos quais cerca de metade foram efetivamente protestados e o movimento de 1975 já superou os números do ano passado.

Diante desses elementos eloquentes, confiamos que os Deputados que subscreveram aquela emenda suprimindo os dosi cartórios hajam por bem de retirá-la, em respeito à nossa representação e por lealdade a seus companheiros que representamos o município de Toledo nesta Casa.

Mas, se assim não for feito, esperamos contar com o seu valioso VOTO para rejeição dessa mesma emenda e para tanto melhorar o atendimento dos direitos legítimos do povo de TOLEDO.

Muito obrigado”

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, terceiro orador inscrito.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

(Lendo): “Tenho aqui recebido tantas mensagens natalinas que, através delas fui motivado para, desta tribuna, retribuir os votos de felicidades, desejados por tantos.

NATAL, MENSAGEM DE PAZ E AMOR PARA O HOMEM.

O Natal é a maior festa da cristandade. Todos se alegram à sua aproximação. É a festa do pobre e do rico, dos pais e dos filhos, do camponês e do soberano, do anjo e do homem, do livre e do oprimido. Há júbilo e confraternização nesse dia. Há mais música, mais clareza, mais calor para comemorar uma fé que vence os infernos, os Cesares, os Deuses, Fé que sempre triunfou e trunfará dos temporais da perseguição, das trevas das ignorâncias, e dos cárceres das trevas muito mais trevas da ciência. Todos transbordam em calor humano, a mais preciosa dádiva concedida ao homem. Até o incrédulo se alegra vendo refulgir em meio à escuridão o templo anflorado e repleto de luz, escutando-lhe o cântico de triunfo nos repiques festivos do alto dos campanários. Poder-se-ia dizer que é um dia mágico e porque não, se há cânticos em lugar de lágrimas, se há calor invés de frio, se se aquecem os corações mais enrigecidos pelo inverno da indiferença e da incredulidade. O Natal é comemorado em todas as regiões do globo de todas as maneiras, por todas as raças. Mas, porque tanta festa, tão grande transformação nas coisas e no homem? Tradição? Sugestão de alguma antiga lenda? Fuga do homem oprimido pela labuta diária que muitas vezes o desilude? Necessidade de fé.

É possível que haja mesmo um pouco de tudo isso a sugerir fraternidade aos que se acham distanciados pelo ódio, incompreensão ou indiferença.

Solidariedade para com aqueles que, na vida, têm

encontrado mais dores que alegria ou mais guerras que paz.

Conforto para os que se acham sobrecarregados com o pesado fardo da dúvida e cuja aceitação, diante das provações que o viver lhes impõe, os faz se acovardarem na longa caminhada. Uma luz, quem sabe, uma luz para os que não conseguem ver através da cegueira do espírito. Uma luz, quem sabe, para aqueles que na escuridão das prisões, em pleno Natal, bebem o vinho amargo, fruto das grandes injustiças, resultado de leis anti-sociais, anti-jurídicas, arbitrárias, excepcionais, desumanas.

Uma luz, quem sabe, a luz do direito, para aqueles que nas trevas dos cárceres, sofrem a maior das dores, a dor da injustiça consumada. Quem sabe, uma luz do Céu, do Criador, luz radiante, luz esperança iluminando o caminho dos que procuram Justiça, ainda que sua sede fique por saciar.

“Bem-aventurados aqueles que têm fome e sede de Justiça”.

AMOR, esta é a mensagem para cada um e para todos uma vez que é resultado da fé do homem no Criador, nas criaturas, em si mesmo. Assim o Natal, mais, mais, muito mais que tudo, nos sugere a paz e o amor pregado por aquele que legou à Humanidade o maior exemplo de compreensão e bondade, com o sacrifício de sua própria vida.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Deputado Domício Scaramella, quarto orador inscrito.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Na Sessão de ontem assistimos o pronunciamento do ilustre Deputado Lineu Turra, referente a estradas de sua região. Ouvimos o pronunciamento do Deputado Jurandir Messias, e do ilustre Deputado Leopoldo Jacomel. Hoje apresentamos um requerimento de nossa autoria para lembrar ao Sr. Secretário da Secretaria de Transportes com referência à estrada inaugurada a 13 de março por S. Exa. ex-Governador Emílio Gomes, estrada que liga São Mateus do Sul a Irati e que está hoje completamente abandonada. Por incrível que pareça, já está nascendo mato no leito daquele trecho de estrada.

E não estamos aqui criticando S. Exa. o Secretário dos Transportes. Estamos lembrando àquela autoridade, com nossos maiores respeitos, que deve tomar atitudes enérgicas referentes aos Distritos Rodoviários do Paraná.

Não falo hoje na estrada de Bituruna a União da Vitória ou vice-versa. De Cruz Machado a União da Vitória e vice-versa, porque temos lutado por mais de quatro anos para que estas estradas fossem melhoradas pelo menos em seu revestimento primário.

Quando vejo os Deputados da Arena quererem tapar o sol com a peneira a respeito das estradas do interior do Estado, trago aqui um requerimento ao Sr. Secretário de Transportes, para que o mais breve possível autorize os reparos na estrada São Mateus-Irati. Passamos por aquela estrada há poucos dias, e é uma vergonha. Inaugurada há menos de um ano e não tem mais trânsito.

Hoje deixo meu apoio ao Deputado Lineu Turra por sua luta na estrada de Palmeira a Ponta Grossa, porque em épocas passadas já apresentamos um projeto para o asfaltamento daquela estrada, cujo projeto a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa achou que era inconstitucional.

Nós já não temos o direito de apresentar projetos, não temos o direito de pedir nada, mas temos o direito de fazer a crítica construtiva, a crítica necessária para que as autoridades constituídas dêem atendimento.

Assim mesmo não é nada mais que obrigação do Poder Público, atender aquilo que é de necessidade do povo, pago com o dinheiro do povo. Portanto, não é favor nenhum fazer reparos, melhorias, construir obras, porque isso, é realmente, obrigação dos poderes constituídos.

Era só.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Há tempos atrás, comentei, sobre o funcionalismo não só da Assembléia Legislativa do Estado mas também, em relação ao funcionalismo do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

Mas hoje, hoje Sr. Presidente, e Srs. Deputados, quero referir-me especificamente a uma falha existente na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, cometida no meu entender, pela Comissão Executiva da Casa.

Foi-me encaminhado por diversos funcionários da Casa, cópias xerográficas de requerimento dirigido ao Sr. Presidente desta Casa, e demais membros da Comissão Executiva.

Para que os Senhores saibam do acontecimento ocorrido nesta Assembléia, vou ler o requerimento dos Srs. funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, encaminhado ao Sr. Presidente desta Casa. (Lê):

“EXMO. SR. PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

Os infra-assinados, funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo, no salvaguardo de direitos que lhes são assegurados por Lei, respeitosamente expõem e requerem o seguinte:

Que a Lei foi flagrantemente violada com a lavratura do Decreto Legislativo nº 676/75, de 16 de outubro de 1975, que designa GIL CESAR DANTAS BRUEL, para o cargo de Chefia de Gabinete da 3ª Secretaria;

Que a legislação estabelece ser o referido cargo contemplado com gratificação, privativamente exercido por funcionários do Quadro da Secretaria;

Que o precedente ilegal poderá favorecer pretensões idênticas de reivindicar a designação de não funcionários deste Poder para exercer as Chefias de Gabinetes, em detrimento a direitos privativos dos funcionários;

Que, data vênua, além de ilegais, tais procedimentos constituem desestímulo aos funcionários que trabalham e são preteridos em direitos líquidos e certos;

Que, assim, com respeito, porém com veemência, requerem seja a Lei respeitada, através o sumário indeferimento de qualquer pretensão que a queira violar.

Termos em que,  
Pedem Deferimento.

Curitiba, 12 de dezembro de 1975.

— (Seguem-se 77 (setenta e sete) assinaturas)”

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Apesar do indeferimento, quando da solicitação do nobre Deputado Fidelcino Tolentino para que o Bacharel Gil Cesar Dantas Bruel, fosse designado chefe de Gabinete, na 3ª Secretaria, apesar do indeferimento do Gabinete de Assistência Técnica e do Parecer da Consultoria Jurídica da Casa, a nobre Comissão Executiva achou por bem lavrar o decreto legislativo, designando aquele funcionário para exercer a Chefia de Gabinete da 3ª Secretaria.

Assim, Sr. Presidente, com todo o respeito que devo a V. Exa. e à Comissão Executiva, quero encaminhar esta cópia xerográfica à Mesa, para que não se fira o direito dos funcionários desta Assembléia Legislativa.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra

ao Sr. Deputado Lúcio Machado) quinto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não podíamos deixar de vir à tribuna, hoje, para contestar veementemente a defesa de direito que procurou fazer S. Exa. o eminente Deputado Leopoldo Jacomel ao Sr. Governador do Estado, com referência ao veto apostado ao projeto de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, afirmando que o veto era uma necessidade porque era inconstitucional.

Neste primeiro ano de atividades legislativas, aprendemos nesta Casa, que a inconstitucionalidade só é arguida quando há interesses político-partidários da parte do Governo. E essa inconstitucionalidade só é confirmada contra projetos do Movimento Democrático Brasileiro.

Como se fosse, aqui, estabelecido dois pesos e duas medidas.

Vê-se a representação do Governo, a aprovação dos projetos que por ela foram apresentados; enquanto que vetam os projetos que os representantes do MDB porventuram, apresentarem à Casa.

De qualquer forma, mesmo inconstitucional, a denúncia do Deputado Lineu Turra, com referência ao traçado da estrada, — diga-se de passagem — é uma necessidade de uma das mais antigas da região de Ponta-Grossa a Palmeira.

Inconstitucional se fosse o projeto, não eximiria a obrigação, a responsabilidade do Sr. Governador com relação àquela estrada, providências essas que já deveriam ter sido tomadas há muito tempo.

Fato típico e idêntico a nossos três projetos vetados por S. Exa. o Sr. Governador do Estado, fulminando o projeto de lei que visava a tender uma reivindicação de mais de 30 anos. e correspondente a um trecho de estrada que não chega a 8 km.

Esse projeto não tinha outro fundamento, outro objetivo senão acordar S. Exa. o Sr. Governador para essa necessidade há tanto tempo reivindicada.

Em outra oportunidade, foi vetado um projeto de lei deste Deputado, mas vetou principalmente a vontade e a necessidade de um povo ilhado e abandonado.

Vetou outros dois projetos de lei que representam o mesmo fato, a mesma necessidade do povo.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo não pode se afastar, de forma alguma, das necessidades de seus governados. Porque seus governados estão esperando por essas realizações. E o dinheiro do povo só é bem aplicado quando essa aplicação é em defesa dos direitos e da vontade do povo.

Deixamos nossa contestação respeitosa ao eminente Deputado Leopoldo Jacomel, que quando quiser constestar fatos ou arguir segurança de direitos, principalmente sobre projetos de lei de realização da vontade do povo, que não venha com essa argumentação, que não cabe, que não tem fundamento, de que o Sr. Governador vetou porque não é constitucional.

Se a lei alega inconstitucionalidade, a vontade administrativa supera o contexto da lei, quando atende a vontade do povo.

Era isso, Sr. Presidente, que queríamos deixar consignado na sessão de hoje, para que não perca expressão a nossa bandeira, que não tem outro objetivo senão defender o direito da gente do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)'

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, sexto orador inscrito.

O SR. fidelcino tolentino — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista, sido mencionado, ouvi com surpresa acusações feitas, no criptar dos sinos de fim de ano, por um Deputado de minha bancada, a respeito de uma pretensa acusa-



ção à Comissão da Executiva, que eu venho à tribuna agora para defender.

Foi acusada a Comissão Executiva de ter agido de forma ilícita, por assim dizer, segundo meu entendimento. Depreendi que o nobre Deputado teria advogado um ato, não só lícito, mas estribado no texto da Constituição e também no Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado e mais, Sr. Presidente, aquele ato nomeando o servidor do Poder Judiciário, Bacharel Gil Cesar Dantas Bruel, para a 3ª Secretaria deste Poder, foi defendido por minha pessoa perante a Comissão Executiva.

q Venho, neste momento, não só eximir a Comissão Executiva, como também declarar minha posição irredutível na defesa da Constituição, na defesa do Estatuto do Funcionário Público Civil do Paraná e mais, já houve aqui quem fizesse acusações nesta Assembléia ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

Houve um movimento nesta Casa e eu, com conhecimento até profissional, declinei de expender meu pensamento a respeito; inclusive, não invoquei o artigo 285 do Estatuto, no seu inciso 5º que diz: "ao funcionário é proibido promover manifestações de apreço ou desapeço e fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto do serviço".

Jamais procurei invocar um instituto desses para socorrer em defesa de um próprio funcionário público, não porque esteja lotado no Gabinete da Secretaria, da qual sou titular. Entretanto venho em defesa da Comissão executiva que laborou seu ato estribado no texto constitucional e eu mesmo fiz questão de compelir a Comissão Executiva a deferir ou não aquele ato, depois de se buscar e rebuscar e estribado constitucionalmente, foi que a Comissão Executiva, inclusive por recurso por mim imposto naquela Comissão, para defender meu ponto de vista. E disse na Comissão, sem nenhum constrangimento, disse que iria para o egrégio Tribunal, se não fosse assegurado o direito ao funcionário, porque o Estatuto não faz discrepância desse ou daquele poder. Fala em funcionário público e não faz nenhuma distinção entre esse ou aquele Poder, desde que no Estatuto que alcança a todos indistintamente, está consignado e constitucionalmente estribado, de que os funcionários públicos têm direito a este remanejo.

Veja-se por exemplo, na Sessão III, Art. 12, § 2º — "A escolha dos ocupantes em cargos de comissão poderá recair ou não em funcionário do Estado".

Esta é uma faculdade que cabe ao titular de um Gabinete muito embora o Regimento Interno traga determinadas interpretações que procurei dissipar tendo em vista o que se vinha fazendo neste Poder. Estou defendendo a situação desse funcionário, como defenderia a de qualquer outra nas mesmas circunstâncias.

Quero acreditar, a este respeito, o meu apreço e o meu apoio à Comissão Executiva, que comigo, quase em termos de contenda, de ordem administrativa, teve uma reunião e um dos funcionários, que me reservo o direito de omitir o seu nome, de alta categoria, inclusive, procurou, da melhor maneira, apesar de ter um problema de ordem pessoal com a minha pessoal, me orientar e esclarecer.

Deputado Adalberto A. Daros, V. Exa. como funcionário deste Poder, se fôsse chamado a ocupar a direção de um Gabinete de outra Secretaria, estaria estribado no Estatuto dos Funcionários Públicos que confere esta solidariedade.

Com a devida vênua da Presidência, venho em socorro e em defesa desse funcionário, como viria em defesa e em socorro de outro funcionário público se fosse o caso, porque é de meu feito. Isto tenho feito não só nesta tribuna, como através de Projetos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito para falar no Grande Expediente.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente, o tempo não permitiu que ontem este Deputado formulasse a sua opinião, o seu ponto de vista sobre os acontecimentos que envolveram a assinatura de Contrato de Financiamento entre o município de Maringá e o Banco Nacional de Habitação, tendo como repasse o Banco do Estado do Paraná.

Em razão da solidariedade de eminentes companheiros nossos que se pronunciaram na tarde de ontem, bem como das interferências dos companheiros do Partido Situacionista, nós pretendemos propor à consideração da Mesa e do Plenário, no final de nosso pronunciamento, um requerimento dirigido ao Sr. Governador do Estado, que posteriormente daremos conhecimento à Casa.

(Lendo): "Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria imaculadamente brilhante e atingiria às raízes da perfeição e do corretismo a solenidade antes-de-ontem realizada na sede do Banco do Estado do Paraná, para a assinatura de contrato de financiamento entre o Banco da Habitação e a Prefeitura do município de Maringá, não fosse a intromissão acadêmica, brutalizante, medievalesca, infantil, grosseira e mesclada de ignorância total de parte da presença do Presidente do Diretório da ARENA.

Toda imprensa paranaense noticiou ontem, e também hoje, em suas primeiras páginas, a celebração de compromisso financeiro firmado na tarde de anteontem, tendo, como participante, de um lado o Banco Nacional de Habitação, e de outro a Prefeitura do Município de Maringá. E com justa a justiça tal destaque noticioso, pois refere-se a um dos mais vultosos financiamentos já concedidos pelo BNH a um município brasileiro, pois da solidificação desse documento, a cidade de Maringá beneficia-se com a injeção de recursos da ordem de mais de 27 milhões de cruzeiros destinados em sua totalidade às obras dos conjuntos habitacionais da COHAPAR e COESMA, das obras já iniciadas da via expressa perimetral-sul das quais constam asfaltamento, lançamento de meios-fios, sargetas, galerias de águas pluviais e implantação de extensão de redes de energia elétrica.

Aplaudiria o povo todo do Paraná, tal se a conquista da cidade primeira do Norte estadual fosse isentada de conotações político-partidárias, pois entenderia o povo paranaense na pragmaticidade tão decantada pelo Poder Central.

Aplaudiria principalmente a cidade de Maringá, se se sentisse confiante nos próprios elos de ligação entre sua representação político-administrativa, se a esse binômio não somasse, anteontem, a mesquinhez da politicagem barata e inobjetiva, desvirtude mais uma vez dada a conhecer e estampada por esse Presidente do Diretório da ARENA.

A ARENA teve, anteontem, sua noite de São Bartolomeu.

Enquanto, representando legitimamente seu município, o Prefeito Silvio Barros, logo após a sua assinatura ao termo do contrato, a ele se referiu, enfatizando única e tão somente os efeitos dos aspectos econômicos, financeiros e sociais, relativos aos objetivos do documento, ressaltando ainda com muita segurança a propriedade de credibilidade do município que administra, citando-o como "Bom Cliente", já o Presidente do Diretório da ARENA descambava desesperadamente para os descaminhos da apelação grotesca e perniciosas.

Enquanto de um lado, o Prefeito Silvio Barros compreendia aquele ato, um fato de caracteres contábeis dentro de um campo administrativo, o Presidente do Diretório da Arena ansiava despropositar os fins, sombreando-os, denegrindo-os e pintando-lhes cores demagógicas e infrutíferas.

Quis o presidente do diretório da ARENA chamar os méritos da concretização dessa meta à administração Silvio Barros, para os terrenos desfertilizados de seu partido.

Olvidou ele que àquela sessão estavam presentes para as finalidades contratuais apenas as partes interessadas.

Saiba, então, Senhor Presidente do Diretório da Arena, que o Banco Nacional de Habitação gera dinheiro do povo, dos trabalhadores e do operariado e o que recebemos disso não devemos satisfação, pois temos méritos ao afirmar que o empréstimo do BNH é fruto, é consequência da contribuição do próprio povo maringense, de sua laboriosa e idealista, da tenacidade e da persistência da administração Silvio Barros, da seriedade e da inatacável presença de um SILVIO MAGALHÃES BARROS à frente de uma Prefeitura cujo quadro assessorial é dos mais respeitáveis do Paraná, pois ele sabe fazer-se acompanhar condignamente. Saiba então, Senhor Presidente do Diretório Arenista, ainda, que explicito melhor agora as palavras antes afirmadas: SE o BNH concede empréstimo ao município de Maringá, os méritos são também maringaenses, deles não tendo partes o Governo Estadual conforme quis insinuar Sua Senhoria na ocasião em que perdia ótima oportunidade, para ficar calado, colocando-se em sua devida posição.

Os louros dessa vitória são também maringaenses, pois Maringá tem à frente de seus destinos uma consciência e um caráter ilibado; uma inteligência lúcida, arejada e iluminada; um coração humano e magnífico; uma personalidade séria, rara e distinta; Maringá é administrada por Silvio Barros, cuja passagem por essa ilustrada Casa Legislativa dignificou-a e enobreceu-a, cuja passagem pelo Congresso, na Câmara Federal foi marcada pela conduta de parlamentar combativo, exemplar e sensato. E NÃO SE ATIRA PÉROLAS EM CHIQUEIRO — E NÃO SE ATIRA PÉROLAS A PORCOS — E A CADA POVO TEM O GOVERNO QUE MERECE — A PREFEITURA DE MARINGÁ TEM SILVIO BARROS E A ARENA TEM O PRESIDENTE QUE A DESMERECE.

Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

Foi simplesmente inesperada, inoportuna e desconcertante a presença daquela forma, ontem à solenidade levada a efeito na sala do Presidente do BANESTADO para assinatura de contrato entre BNH e o município de MARINGÁ, do Presidente do Diretório da Aliança Renovadora Nacional. De início, as escusas da bancada emedebista e principalmente desse parlamentar ao Senhor Emílio Gomes que, constrangido, presenciou um espetáculo de baixo nível, acostumado que é, dada a sua condição de ex-Governador desse Estado e de representante desse mesmo Paraná na Câmara Federal, às diretrizes protocolares.

Agora, dirigente primeiro do BANESTADO, sabia Emílio Gomes que o ato ontem celebrado revestia-se de caráter puramente comercial, pois tratava-se da concretização de convênio para Maringá com o BNH, para aplicação de recursos em obras programadas para o município de Maringá com a consequente responsabilidade deste, de efetivação de liquidez do empréstimo ora concedido, dentro dos prazos clausulados no documento firmado devidamente corrigido.

Sentiu-se mal o Senhor Emílio Gomes, Presidente do BANESTADO, quando o secretário do Interior, Noel Lobo Guimarães, transformando-se abruptamente em mestre de cerimônias, franqueou a palavra ao Presidente do Diretório da Arena. Sentiram-se mal e constrangidos todos os presentes quando, discursando na ocasião, esse dirigente arenista metamorfoseou o ato, dando-lhe conotações políticas de baixo nível, descambando para mesquinha demagogia.

E ressaltamos ainda, que patenteando seu total despreparo para a função que exerce, esse dirigente arenista, principiou sua jornada ingloria e nefasta que culminaria com o torpe episódio ontem ocorrido, quando, às vésperas do ato desse dia, fazia divulgar nos órgãos da imprensa de Maringá, estranho convite dirigido ao povo, autoridades e ao Prefeito de Maringá, para PARTICIPAR de cerimônia para contrato de financiamen-

to entre BNH — Prefeitura de Maringá. Observe-se e ressalte-se: CONVIDAR O PREFEITO DE MARINGÁ PARA ASSISTIR UM ATO, NO QUAL SERIA ELE O PRINCIPAL PARTICIPANTE — É COMO SE CONVIDAR O NOIVO PARA O CASAMENTO; É COMO SE CONVIDAR O DONO DA CASA PARA ADENTRAR SUA PRÓPRIA CASA. Ora, Sr. Presidente, do Diretório da Arena, quem lhe dirigiu convite para participar da solenidade? O Senhor fê-lo de intrometido, portando-se como "reles penetra" tentando ainda abocanhar uma fatia do bolo, tirando-lhe o gosto econômico-financeiro-social e espargindo pimenta sobre o mesmo.

E some-se à falta de educação cívica do Sr. Noel Lobo Guimarães, Secretário do Interior, ontem "de per si" transformado em "maitre", em "cicerone", em "mordomo", em "chefe de cerimônia", as desvirtudes de incompetência para a direção da Pasta que representa, a completa ignorância das mais elementares regras de protocolo. E o desprotocolamento na solenidade de ontem refletiu-se num total abandono dos presentes ao ato, deixando sós, acabrunhados e intimamente envergonhados, os Senhores Emílio Gomes e Luiz Antonio Vellozo de Souza, este representante do BNH para os Estados do Paraná e Santa Catarina aos quais expressamos nossas homenagens, nossos respeitos, nossa admiração e, dado o dantesco espetáculo de ontem, nossas desculpas e isso o fazemos não tão somente como emedebistas, mas também como observadores e respeitadores da ética protocolar.

É visível o desespero da ARENA que busca a todo custo, valendo-se até de expedientes inaceitáveis, consolidar-se como Partido majoritário. É inconcebível, no entanto, que o Governo do Estado do Paraná, faça-se representar por quem nada representa em termos de revestimento de função pública, gerando casos críticos como o da tarde de ontem, quando a intromissão de um de seus seguidores, portando-se como "office-boy" fala em nome desse mesmo Governo, desvirtuando completamente diretrizes administrativas.

É visível o desespero da ARENA e isso o dizemos, lembrando ou levando ao conhecimento desta Casa, a recente rejeição de projeto de lei emanado do Chefe do Executivo da municipalidade de Arapongas, por parte da bancada arenista e que agora impossibilita essa mesma comunidade de receber os benefícios da implantação do Projeto CURA.

É então a ARENA que atravanca o progresso de uma unidade da Federação. E se células não se desenvolvem, padecem e atrofia-se o organismo todo. E não sobrevive qualquer República se seus esteios tendem ao perecimento, ficando à mercê de desmandos anti-progressistas.

Citamos ainda recente visita do Governador Jayme Canet à cidade de Nova Esperança, durante a qual autorizou o início das obras da Rodovia Nova Esperança-Santo Inácio, enquanto os arenistas maringaenses permaneciam em festa na cidade de Maringá, alheando-se à obrigação municipalista de cobrar do Governador a autorização também da Rodovia Maringá-Santo Inácio, (são realmente péssimos maringaenses.)

Enquanto isso, o MDB marca sua participação no desenvolvimento do Paraná, aprovando também projeto governamental para vultuoso financiamento já concedido pelo BNH para a construção de 40 mil casas neste Estado.

E na faustosa solenidade que marcou a assinatura do contrato para o empréstimo necessário à consecução desse objetivo, realizada no Palácio Iguaçu, o MDB portou-se com fidalguia e sobriedade, com serenidade e seriedade, e o Presidente do Diretório do MDB não discursou demagogicamente e desprotocoladamente, dando mostras de altivez e compenetração de suas funções e representatividade.

E não se limitou à aprovação desse projeto, a bancada emedebista, numa demonstração de maturidade e de prezamento às justas causas paranaenses.

Entretanto, prova o Governo do Paraná não mais



necessitar do apoio e do prestígio dos homens da oposição pois proporciona a todos os atos administrativos, conotações político-eleitorais.

E já que aliados somos do processamento de engrandecimento do Paraná, convocamos, apelamos e chamamos à responsabilidade, todos os nossos companheiros da bancada emedebista, pra um posicionamento realmente oposicionista. Só o Governo do Paraná encontra-se em permanente campanha eleitoral, conforme tem afirmado seguidamente o Chefe do Executivo paranaense, numa desdenhez e alheamento total às funções administrativas, ao trabalho pelo desenvolvimento do Paraná, é chegada também a hora do MDB paranaense manifestar-se radical e frontalmente contra quaisquer atos emanados da esfera governamental, senão depois de metucioso e profunda análise constatar amplamente os reais interesses da gente paranaense.

Conclamamos nossa bancada para uma maior fiscalização da verba do dinheiro público, impedindo e coibindo desmandos e tutelagens. Conclamamos nossa bancada para uma ainda maior, conscientização de nossa missão fiscalizadora, numa atitude de respeito ao compromisso que assumimos perante o povo paranaense, por ocasião da gloriosa campanha eleitoral de 1974, quando este mesmo povo, sentindo-se vilipendiado e marginalizado pelo mando arenista, respeitando respondeu corajosamente à nossa agremiação para DEFENDÊ-LA contra o angustiante "status" atual da desestruturada e frágil economia paranaense, cuja palidez é responsável pelo humilhante e crescente empobrecimento de uma Nação, a mais rica e portentosa em suas potencialidades naturais e humanas, porém, pobremente administrada ou em nada administrada, pois após livrar-se este Estado da melecidade Haroldiana teve como gerente de seus destinos, o prateado e consciencioso Parigot de Souza, que terminou por martirizar-se no Governo do Estado entregue à tarefa de reerguimento moral e financeiro do Paraná, abalado pela passagem de Haroldo Leon Peres em Graças a Deus, curtos dias de governança.

Agora, o Governo paranaense está em "PERMANENTE CAMPANHA" é é lógico não dispõe de tempo para desempenhar sua tarefa que é, naturalmente, administrar o PARANÁ.

Concluimos lembrando o triste episódio da tarde de ontem, sentindo sinceramente a ausência de homens como João Paulino Luiz de Carvalho, Fujiwara e outros que, imbuídos de sensatez, conduziram com probidade, com seriedade, com honestidade os destinos políticos da ARENA de Maringá, propugnando lado a lado no afã de acelerar o desenvolvimento de Maringá, batalhando sempre por sua soberania, demonstrando sempre em atos e palavras, o patenteado amor pela querida Maringá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eis o requerimento que hoje vamos submeter à aprovação desta Casa: (Lê):

"Senhor Presidente,

Na forma regimental, Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, após ouvido o plenário, requer que esta Casa envie expediente ao Governo Jayme Canet Júnior, solicitando que seja determinado ao Cerimonial do Governo a obrigatoriedade de incluir em todas as solenidades governamentais originadas por matérias de Lei que tenha recebido o exame do Poder Legislativo, A PALAVRA OFICIAL DO MDB, cujo discurso, deverá ser proferido pelo Presidente do Diretório Regional, ou pelo líder da bancada da Assembléia Legislativa, ou então, pelo representante credenciado.

Requeiro outrossim, que a manifestação do MDB, seja efetuada após o discurso do Senhor Governador do Estado ou de seu representante.

É constitucional, fundamental e justa a necessidade de estabelecer-se equidade nas atitudes do Governo. Não somos nós a originar a exigência de tal ação. É o próprio Governo que

está determinando a manifestação partidária para que o povo saiba o que os Partidos políticos estão fazendo em prol do aprimoramento da administração pública. Em decorrência da participação indispensável, exigida pelos parlamentares da Oposição, legal e juridicamente, que ora ocupam a metade das cadeiras deste Poder, nas votações dos instrumentos do Governo aqui registrados, cremos possuir direitos plenipotenciários de exigir do Chefe do Poder Executivo, tal medida. Não é segredo que está se procurando aplicá-la com relação a Aliança Renovadora Nacional.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975".

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Eminente Deputado, este aparte tem a finalidade de parabenizar-me com V. Exa. pela magnitude de representação da cidade principal de sua região: Maringá.

No momento em que denúncias são feitas ao Governo, ocorria recentemente, quando Maringá vinha receber ou firmar contrato de importância, com o BNH. Gostaria de dizer, nesta oportunidade que entendo que tal medida é injusta. Que se deveria indicar alguém para abrir a sessão solene de assinatura de contrato de empréstimo de Maringá com o BNH e se alguém deveria ser o operário brasileiro que construiu esse Banco de 2ª linha, com o fruto de sua economia e de sua miséria, para dar 6 milhões de inscrições em carteira, que iniciou esse Banco, que prolifera não só no País, mas no exterior.

S. Exa. o Sr. Governador do Estado, politicamente, agiu mal, mandando transformar esse contrato de empréstimo em uma recepção eminentemente política, mandando abrir a sessão quem não deveria, isto é, um Secretário de Estado.

O Paraná, nobre Deputado, a partir de anteontem, sente-se envergonhado com a atitude de seu Governador que se envolve politicamente e estranhamente em fato que corresponde à economia do povo.

Nenhuma participação teve o Governo do Estado no empréstimo concedido pelo BNH no município de Maringá. É uma participação do povo, é um empréstimo, é dinheiro do povo, do operário brasileiro, para construir obra de grandiosidade no seu município. E o volume do capital arrecadado da miséria de 90 milhões de brasileiros, enriquece a economia e enobrece o capital desse Banco de 2ª linha deste País.

É uma alta injustiça do Governo do Estado e demonstra a pequenez de sentimentos e o medo caracterizado das eleições que se aproximam, e faz política em setores que não lhe pertencem, proque entendemos que a função do governo não é outra senão administrar seu Estado, senão dirigir com justiça os interesses de seu povo, senão dar condições de desenvolvimento do Estado que governa. V. Exa., eminente Deputado, é de fato uma bandeira de luta, é destemido, é forte e digno de pertencer ao MDB e por isso pertence.

Aceite nossos parabéns, continue sendo oposição a fatos como esse, porque assim procedendo V. Exa. estará correspondendo à vontade e interesses do povo do Paraná, e consequentemente do Brasil, porque estará empunhando nossa bandeira que não permite injustiças para que a bandeira da Oposição é a bandeira da justiça social no Paraná.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço o aparte do Sr.

Deputado Lúcio Machado e concedo, com muito prazer, o aparte ao líder da ARENA, Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a V. Exa., Deputado Valter Pietrângelo.

Devo, inicialmente, justificar o Sr. Secretário dos Negócios do Interior do Paraná no episódio que V. Exa. se refere da tribuna.

A Lei implantou a Reforma Administrativa no Paraná

disciplina que o Secretário do Interior representará o Governador do Estado em todos os atos em que o Governo participe com o Governo da União e os Governos Municipais em quaisquer convênios quando ou formule acordos de participação técnica e econômica.

Portanto, legítima a participação de S. Exa. o Secretário do Interior presidindo o ato que se feriu na sede do Banco do Estado, no qual se beneficiou a administração municipal de Maringá, creditando-lhe recursos para a execução de obras.

Devo, eminente Deputado Valter Pietrângelo, justificar a presença de nossos companheiros arenistas naquele ato solene, porque lá estiveram eminentes Deputados, homens do MDB e companheiros de V. Exa. do MDB assistindo o ato solene de repasse de recursos do BNH feitos através do Banco do Estado do Paraná para agilizar obras àquela municipalidade.

Ontem, quando se criticou o Presidente da ARENA de Maringá por haver omitido o nome de S. Exa. o Sr. Prefeito Silvio Barros ao proferir a sua saudação, não me haviam informado que ao iniciar a sua fala o Presidente da ARENA de Maringá, o Sr. Prefeito Silvio Barros já não mais se encontrava nas dependências do Banco do Estado. Informaram-se mais, que S. Exa. se ausentou sob a alegação de ter ouvido dizer nos corredores que o Dr. Coutinho iria dirigir críticas a S. Exa. o Dr. Silvio Barros, o que não ocorreu.

Já tive oportunidades e o cuidado de contactar com as pessoas mais responsáveis que assistiram aquela solenidade e não houve da parte do Presidente da ARENA nenhuma ofensa pessoal, mesmo as mais veladas, dirigida a quem quer que seja.

Mas, gostaria, Deputado Valter Pietrângelo, já que V. Exa. concede com tanta generosidade este minuto, dizer que a Aliança Renovadora, a bancada da ARENA está exigindo do Governo do Estado a participação dos Deputados da ARENA e dos Diretórios da ARENA em todos os atos públicos em que intervirem organismos da administração federal e estadual, entendendo nossa bancada que é um direito que nos assiste, de nos creditarmos da participação dos Governos que têm na ARENA a sua sustentação política, de nos creditarmos desses atos junto à opinião pública.

Dizia ontem, desta tribuna, quando situava a posição da ARENA nesse episódio que do quadro dos funcionários do Banco do Brasil saíram quatro Deputados Federais e um Senador. A ARENA não reclamou esse fato e não disse que o Banco do Brasil é Banco de segunda linha. Por que não nos creditarmos da atuação do BNH que tem como Presidente um homem da ARENA, e por que não nos creditarmos da atuação do BNH que tem como dirigente maior um homem da ARENA, e por que não nos creditarmos da atuação do Banco do Estado que tem também, como Presidente um homem da ARENA, são companheiros nossos da ARENA. Porque não ficarmos inferiorizados a assistir o MDB crescer? Nós assistimos até o ano passado, mas os resultados adversos de 74 fizeram com que a ARENA se apercebesse de que a sua presença física nesses acontecimentos, poderia sensibilizar o eleitorado, para dizer ao eleitorado de que o Governo ao assim proceder com Maringá repassando-lhe recursos e facilitando-lhe a execução de obras, não está a fazer discriminação política. E é aí então que eu me surpreendo — ao invés de, desta tribuna se elogiar os organismos federais e estaduais de propiciarem recursos às administrações municipais do MDB para a execução das suas obras, o que nós ouvimos são as críticas mais violentas que se assaam contra os homens que fazem Governo, com decência, com honestidade mas, quando a ARENA deseja Participar mesmo modestamente de um acontecimento, é alvo de ataques desta tribuna. E eu ouvi até, desta tribuna, e não foi de V. Exa. mas de eminentes Deputados do MDB, conceituando estes nossos companheiros de arenistas indecentes, como se fosse ser indecente aquele que participa de um acontecimento

e aplaude o Governo que é da ARENA, que ajuda o Governo do MDB, na execução do seu plano de obras.

Peço a V. Exa. me perdoe se me entusiasmo ao falar, justificando a atitude do Secretário do Interior, do Governador Jayme Canet Júnior, porque tenho assistido por aí, na hora de entregar dinheiro ao povo para execução de obras, o dinheiro é do povo; na hora que a Prefeitura tem que pagar as prestações, quem cobra é o Governo, quem tributa é o Governo.

Está se cometendo injustiças.

Se é o Governo que dá, é o Governo que cobra; se ao povo é que dá, ao povo é que cobra.

Por que se situar sempre o Governo, do outro lado do balcão e pretender fazer com que a opinião pública veja nele, o monstro que não é?

Hoje pela manhã, num despacho longo com o Sr. Governador do Estado, fizemos o balanço do ano que se está findando, balanço de ordem política, de ordem financeira e principalmente de ordem administrativa.

Eu disse ao Sr. Governador:

Devemos muito, Sr. Governador, à bancada ilustrada do MDB, que na Assembléia Legislativa do Estado soube valorizar os trabalhos legislativos, e que em momento algum colocou acima dos interesses da coletividade, os interesses do Partido.

Gostaria de verificar que este ano legislativo está se findando, e que nós pudéssemos levar aquela mesma impressão que levamos até hoje, do diálogo franco, cordial, sem que possa fazer, do episódio ocorrido no Banco do Estado, como se fora a pretensa presença do Governo a melindrar, a pisar os homens do MDB o que jamais ocorreu.

Agradeço o aparte a V. Exa., e situo-me novamente no episódio dizendo que a ARENA esteve naquele episódio e estará nos futuros que se ferirem, com a presença física dos homens da ARENA do Paraná, da ARENA dos municípios, para demonstrar a nossa participação, a participação da classe política nos atos do Governo, porque somos nós que desejamos deixar de ser o Partido do Governo, para nos tornarmos do Partido, no Governo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço penhoradamente o aparte do Líder da ARENA, e digo ao Deputado Ivo Thomazoni que não há necessidade de se desculpar por se entusiasmar; V. Exa. deve realmente se entusiasmar quando se pronuncia defendendo o Governo, defendendo a Aliança Renovadora Nacional.

Eu, no final, ouvi o Deputado Ivo Thomazoni afirmar...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Já concederei.

Nós temos bastante tempo, nobre Deputado.

Eu, no final, ouvi o Deputado Ivo Thomazoni afirmar que esteve longamente conversando com o Sr. Governador Jayme Canet Jr. e que elogiou a atitude do MDB, que tem tido uma conduta supra-partidária, mas o que nós vimos na assinatura do contrato do município de Maringá com o Banestado, foi uma atitude eminentemente partidária do Sr. Presidente do Diretório da ARENA. Porque é que V. Exa. não toma como exemplo a conduta do MDB para aplicar também esta atitude para com sua bancada no sentido de que ela tenha também esta atitude supra-partidária?

Deputado Ivo Thomazoni, o Prefeito Silvio Barros, e eu posso lhe garantir, não exige que seu nome seja citado, absolutamente. E o que originou este nosso protesto, não é a falta de haver sido cometido este engano por parte do Presidente do Diretório da ARENA. Se V. Exa. quiser entender, o que originou este protesto é que o Sr. Presidente do Diretório da Arena de minha cidade, realiza o trabalho de um mau maringense, chegando ao ponto de se imiscuir nas decisões da Câmara Municipal de Maringá, gestionando para que sejam refeitos

projetos de lei desta natureza e de outras circunstâncias para que a administração do MDB não caminhe. Anote que o Prefeito Silvio Barros tem realizado, uma administração supra-partidária e a prova foi quando o Prefeito falou durante 10 minutos e durante 6 ou 7 minutos destacou o Governo Federal que tem agido realmente com objetividade através do BNH. Na campanha eleitoral do ano passado, nas emissoras de televisão e nos palanques, o Prefeito de Maringá, teve a decência de destacar a presença do Governador do Estado e do Governo Federal na administração de Maringá. Se V. Exa. também elogiou a decência da bancada do MDB ao Governador e se V. Exa. se entusiasma, defende e garante a presença da ARENA nas demais solenidades, peço o seu voto para este requerimento que hoje propomos, exigindo que, o Sr. Governador determine ao protocolo a obrigatoriedade de incluir em solenidades como essas, um representante do MDB.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Valter Pietrângelo, para uma informação.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O aparte que dirijo a V. Exa. não tem caráter de solidariedade e muito menos de homenagem, nem a V. Exa. nem ao Deputado Antonio Facci, de Maringá, e nem ao Prefeito Silvio Barros, nem à administração municipal de seu município, porque a homenagem ampla, mais soberana foi prestada ainda agora e mais uma vez, pelo povo de Maringá. Quero, numa preliminar, reafirmar um ponto de vista que tenho e defendo, e com ele penso que a filosofia que está marcando e orientando o Governo no que respeita ao seu relacionamento com o município, é altamente danosa para o municipalismo. Isto é patente, está marcado, está aberto e a olhos vistos, a ponto inclusive do município, já hoje vítima de um duplo processo de descapitalização. — (revisado pelo orador).

O primeiro pelos instrumentos com que o Governo está a arrecadar, está a tributar, está a retirar do município a suas condições de sobrevivência econômica. De outro lado age, através dos instrumentos oficiais, de forma agiotária, porque devolve o dinheiro que retira, mas sob pesados ônus, o que obriga os municípios a serem obrigados a colher, de chapéu na mão, junto ao Governo, os recursos para tocar a administração.

É um ponto de vista meu e quero reafirmar para que não houvesse, daqui para a frente, no decorrer de qualquer coisa, um mal entendido com respeito à minha posição neste aspecto.

Os parlamentares da Oposição que fomos, presenciar a assinatura daquele convênio, tivemos em mente — e isto me parece ser um entendimento comum entre os que lá compareceram — não o prestigiamento ao Prefeito de nosso Partido, mas tivemos em mente levar aos homens do Banco do Estado e do BNH a certeza de que a Oposição via naquela atitude um ato efetivamente supra-partidário e ali se estava distribuindo recursos para boas administrações, para administrações que têm se credenciado para uso e aplicação desses recursos.

No entanto o episódio é de conhecimento geral e público, e como que adrede preparado, porque ali estava um batalhão de jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas, enquanto se assistia a um triste e vexatório espetáculo.

E me parece, nobre Deputado, que V. Exa. tem razão quando chama a atenção de nossa bancada na Casa e de nosso Partido no Paraná, para que passemos a cuidar mais de certas coisas que começam a ocorrer. À medida que diminui o tempo que nos separa das eleições do próximo ano, parece aumentar, em muito, a intranquilidade dos homens da ARENA, que pretendem até transformar os homens do Governo em permanentes cabos eleitorais, e Deus queira que não transformem os

próprios órgãos do Governo em comitês eleitorais. Lamento ter tomado o tempo de V. Exa.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço a participação do nobre companheiro Enéas Faria, que foi bastante objetiva.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, para não passar despercebido e sem uma contestação, gostaria de dizer ao líder arenista e governamental nesta Casa, que de fato no Banco do Estado compareceram vários Deputados, tanto do MDB como da ARENA, mas que o momento era o momento administrativo e não político.

Senhum Deputado da ARENA, nenhum Deputado da bancada do MDB usou, naquele momento, da palavra para fazer demagogias em torno do empréstimo, que o Banco do Estado se via privilegiado de fazer o repasse, prestigiado inclusive pelo Prefeito Silvio Barros, porque o Banco do Estado ganha com isto um (1) por cento do total repassado, cujo repasse também poderia ser efetuado através das Caixas Econômicas Federais.

Agora, o que nos deixou tristes, foi o uso da palavra indevida feito pelo Presidente do Diretório da ARENA de Maringá, que de uma maneira desqualificada usou da palavra naquela tarde, para humilhar os políticos do MDB que ali estavam.

V. Exa. afirmou que o Prefeito Silvio Barros deixou o recinto do Banco antes do Presidente da ARENA usar da palavra. Isto é uma inverdade. Eu estava ao lado do Prefeito, quando começou a sua oratória, uma oratória de bajulação, uma oratória de querer se glorificar daquilo que o órgão público municipal de Maringá havia conquistado. Neste momento nos retiramos do recinto, porque não somos coniventes da demagogia neste País.

E para não acabar com a situação naquele momento dentro do Banco, saímos, para tomar uma água à sala ao lado.

V. Exa. nobre líder governista e arenista desta Casa, eu, de minha tribuna livre, quero nesta hora, dizer que V. Exa. também pecou, quando disse que o Banco do Brasil serviu para eleger quatro Deputados Federais e um Senador. Aonde está o seu bom senso, nobre líder, que não denunciou isso à alta cúpula do Banco do Brasil. Quando os candidatos usaram do órgão oficial creditício deste País, dando apoio a candidatos que a ARENA do Paraná, não se pronunciou. Porque se a ARENA se servir do Banco do Estado, como vem se servindo para fazer política, nós iremos denunciar desta tribuna.

Porque em 1970, como cabo eleitoral do candidato José Richa ao Senado, denunciei através da Televisão Tibagi de Apucarana, o Banco do Estado do Paraná, agência de Faxinal, que vinha dando total e irrestrito apoio à candidatura de Rosário Pitelli. E as providências foram tomadas, e o gerente substituído naquela gerência. Eu não tinha força de Partido, era um simples homem que estava denunciando.

Portanto, se V. Exa. quer se glorificar com o seu Partido, quer levar as glórias às coisas conseguidas pelas Prefeituras do MDB, V. Exa. também tem que arcar com o ônus, a responsabilidade, da rejeição do projeto CURA na cidade de Arapongas, aonde os Vereadores da ARENA votaram maciçamente somados com um Vereador inclusive, do MDB, que se comenta na cidade que recebeu suborno de homens da ARENA, para rejeitar o projeto CURA em Arapongas.

Sr. Presidente, não gostamos de demagogia, e na tribuna livre que nós temos ainda na Assembléia Legislativa, iremos nobre Deputado Valter Pietrângelo, Srs. Deputados, iremos mostrar ao Paraná que servir à causa pública é deixar de lado todas as questões pessoais, abandonando as quesilhas que existem entre um e outro Deputado, entre um e outro Partido, e colocar acima de tudo, o bem comum.

Era o aparte.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que concede mais três minutos para o término de sua oração.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Muito obrigado.

Gostaria apenas de dizer ao nobre Deputado Ivo Thomazoni, que o Deputado Jayme Carvalho já me havia solicitado o aparte com antecedência. Mas antes, eu quero dizer que eu devo a V. Exa. duas reverências. A primeira delas, é que V. Exa. realmente teceu considerações elogiosas às administrações, do ilustre Prefeito de Maringá.

O SR. IVO THOMAZONI — E merecidas, nobre Deputado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Em segundo lugar, porque V. Exa. realmente reconheceu que o Presidente da ARENA de Maringá teve uma atitude de falta de educação.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu tenho aqui as notas taquigráficas na parte aonde eu disse que “se realmente, o Presidente da ARENA se omitiu em nominar o Prefeito de Maringá, estando ele presente, é evidente que cometeu uma falta de educação”.

Mas num aparte anterior a este, eu afirmei que hoje tomei conhecimento, que ele havia, junto com os Deputados do MDB que lá estavam presentes, se afastado do recinto, quando foi omitido o seu nome, pelo Presidente da Arena de Maringá.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — O Deputado Deni Schwartz ouviu muito bem e eu ouvi muito bem esclarecida, a atitude desrespeitosa do Deputado da ARENA, que enviou o convite ao noivo para casar. Isso é uma barbaridade.

Mas quero ainda, Sr. Presidente, esclarecer que a administração pública de Maringá conta, realmente, com uma parcela de Vereadores arenistas da Cidade Canção que tem, de forma excepcional, se immanado ao Prefeito Silvio Barros e aos Vereadores do MDB para que se realize uma boa administração naquela cidade.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Infelizmente, nobre Deputado, o tempo é escasso, mas só para concordar com V. Exa. com meu voto solidário, na defesa do eminente Prefeito de Maringá. Aliás, nobre Deputado, eminente como têm sido quase todos os Prefeitos que têm, neste Estado, praticamente, dirigido o Estado do Paraná, porque dirigem as maiores cidades do Estado.

Têm-se desfilado discursos, durante esta semana, nesta Casa, demonstrando a prestação de contas do Governo, da ARENA, que, durante mais um ano, cruzou os braços perante o povo. Aliás, isso é notório, público e é verdade.

Tenho em mãos uma reportagem e até usaria hoje, se o tempo me permitisse, reportagem de um ex-Deputado, por 8 anos, Erondy Silvério, da ARENA, que chegou a ser Presidente desta Casa. Erondy Silvério diz no semanário “A Voz do Paraná” aquilo mesmo que temos falado esta semana, falado sobre a ineficiência do Governo, a falta de atendimento ao povo. Esse arenista que usa um dos canais de televisão para fazer a pregação política, talvez num respaldo de sua consciência, tivesse falado aquilo que sentia, que deveria falar ao povo.

E a ARENA não pode contestar.

Falando do descaso que a ARENA fez ao povo, disse, em sua entrevista: “disso se aproveitou o MDB que desfraldou a bandeira do povo...”

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica que está esgotado o tempo determinado à Hora do Expediente. Peço ao eminente Deputado que conclua sua oração.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — “O MDB, ao contrário, foi à televisão, desfraldou a bandeira do povo, deu a mensagem. Isso especialmente para o povo dos grandes centros que não sabe a influência do cabo eleitoral, do delegado de polícia, do chefe político, do prefeito. Então, 30 dias antes da eleição eu já tinha absoluta certeza da derrota da ARENA”.

Srs. Deputados, o que houve ontem com o Prefeito de Maringá, haverá de acontecer com frequência, daqui para frente, porque a ARENA, o Governo, nada fez, usando o dinheiro — suor do povo — vai à televisão, vai às reportagens, mas não vai ao povo, porque não pode aparecer para o povo com uma administração com obras, com dignidade, com honradez.

Mas, estamos preparados, o ano que vem é de eleições, ele vai fazer muito mais do que isso.

Entretanto, estamos aqui nesta Casa e perante o povo do Paraná e Brasil com consciência tranquila do cumprimento de nossa obrigação.

Parabéns nobre Deputado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 151/75, autorizando o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, até o montante de Cr\$ 5.001.000.000,00 (cinco bilhões e um milhão de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, para utilização no período de 1975./1980. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 165/75, que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública, instituída pela Lei 5.482, de 20 de janeiro de 1967. — APROVADO:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 238/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 163/75, que nega aprovação ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Segurança Pública e o município Paranaguá, que objetiva dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito na área do referido município. Parecer Contrário da CCJ., em regime de urgência. — APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 238/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### R E S O L V E :

Art. 1º — É negada a aprovação ao convênio celebrado em 8 de agosto de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Paranaguá, objetivando dar cumprimento aos dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do citado município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) NILSO SGUAREZI — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 163/75

A presente Proposição nº 163/75, oriunda de Mensagem Governamental 44/75, tem por objetivo o encaminhamento

para referendo desta Assembléia, de cópia do Convênio celebrado em 08/08/73, entre o Departamento Estadual de Trânsito e o município de Paranaguá, visando o cumprimento de dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município.

Formalmente, não se pode apreciar a Proposição, pois as disposições do próprio Convênio não foram obedecidas. Pela cláusula sexta, teria de ter iniciado a sua execução em agosto de 1974, e em não ocorrendo isso, deu-se pela cláusula sétima a sua rescisão pura e simples, por inadimplemento das partes. Ademais, não se encontra no bojo dos autos do presente processo, qualquer justificativa por parte do Executivo, da demora de exatamente dois anos para ser o aludido convênio submetido ao referendo desta Assembléia.

Pelas razões expostas, entendemos não poder prosperar o presente Convênio, assim opinando-se pela sua REJEIÇÃO, eis que prejuízo algum advirá às partes, redomando-se às mesmas, caso ainda estiverem interessadas no objetivo do Convênio, que firmem novo documento, a fim de serem sanadas as irregularidades apontadas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 239/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 223/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o IPEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social, objetivando Cooperação Técnica para implantação da Região Metropolitana de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 239/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná e o IPEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social, objetivando a Cooperação Técnica para implantação da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 223/75

O Chefe do Poder Executivo, através da mensagem 78/75, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 25 de setembro do ano de 1975, entre o Estado do Paraná e o IPEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social, visando à Cooperação Técnica para a implantação da Região Metropolitana de Curitiba.

Dispositivo constitucional preceitua que é de competência do Exmo. Sr., Governador do Estado, a celebração de convênios ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio entende-se que se pretende atender os interesses estaduais.

Isto exposto, somos pela normal tramitação do material na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 240/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 226/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Campo do Tenente, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações que especifica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 240/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de Campo do Tenente, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 226/75

Acompanhado da Mensagem Governamental 75/75, de 06 de outubro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, com o município de Campo do Tenente, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 241/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 230/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana objetivando execução de reparos e melhorias em diversos prédios de estabelecimentos de ensino naquela comuna. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 241/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 17 de setembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando a execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Guilherme da Mota Correia e o Grupo Escolar Papa João XXIII, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 230/75

Através da presente proposição o Senhor governador do Estado do Paraná encaminha para referendo desta Assembléia o termo de Convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria do Interior e o Município de Apucarana, visando execução de melhorias em prédios próprios do Estado.

De acordo com o preceito constitucional, é de competência de Sua Excelência o Senhor Governador, a celebração de convênios ad referendo desta Casa Legislativa.

Da análise do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 242/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 231/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 242/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 04 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 231/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando execução de reparos em prédios próprios do Estado.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 243/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 237/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Marilena, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 243/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração em 11 de agosto de 1975, e o município de Marilena, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Rural Água de Santa Lúcia, o Ginásio Estadual Cândido Berthier Fortes, a Escola Rural Água da Marilena, a Escola Rural Areia Branca e a Escola Rural Quatro Marcos, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 237/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Marilena, objetivando execução de reparos em prédios próprios do Estado.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 244/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 239/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de São João, objetivando execução de reparos no prédio Escolar de mesmo nome da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 244/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado



em 18 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de São João, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar São João, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 239/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de São João, objetivando execução de reparos em prédios próprios do Estado.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 245/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 240/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ubatã, objetivando execução de reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino da sede daquela comuna. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 245/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 14 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Ubatã, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio estadual Carlos Gomes, o Grupo Escolar Santo Inácio, a Delegacia de Polícia e o Grupo Escolar Vila Yolanda, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 240/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ubatã, objetivando execução de reparos em prédios próprios do Estado.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 246/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 250/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Astorga, objetivando execução de reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 246/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 10 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Astorga, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Adolfo de Oliveira Franco e o Grupo Escolar Antenor Balarrotti, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 250/75

A presente proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Astorga, objetivando execução de reparos em prédios próprios do Estado.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 247/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 263/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Roncador, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar General Carneiro, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 247/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

# R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 10 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Roncador, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar General Carneiro, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 263/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Roncador, objetivando execução de reparos em prédios próprios do Estado.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 248/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 280/75, que aprova termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Dois Vizinhos, objetivando construção de prédio para Delegacia de Polícia e Cadeia Pública naquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 248/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

# R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo Aditivo datado de 16 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 10 de julho de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Dois Vizinhos, objetivando a construção na sede daquele município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 280/75

Acompanhado da Mensagem Governamental 84/75, de 10 de outubro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo datado de 16 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 10 de julho de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Dois Vizinhos, objetivando a construção, na sede

daquele município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 249/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 305/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santo Antonio do Caiuá, visando execução de obras de combate à erosão urbana na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 249/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

# R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 14 de outubro de 1975, através da Secretaria do Interior, com o município de Santo Antonio do Caiuá, visando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do citado município.

Art. 2º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 305/75

Através da Mensagem 111/75, o Poder Executivo encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o termo de Convênio, celebrado em 14 de outubro do ano em curso, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santo Antonio do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do citado município.

Preceitua a Constituição que é de competência do Estado em nome do Governador, celebrar convênios ad referendum deste Poder Legislativo.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da matéria nos termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 250/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 306/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mandaguáçu, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 250/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mandaguaçu, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 306/75

Através da Mensagem 112/75, o Senhor Governador do Estado do Paraná encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o termo de Convênio, celebrado em 04 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Mandaguaçu, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Pelo exposto manifestamo-nos pela normal tramitação da matéria, opinando pela sua aprovação nos termos do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 251/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 321/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lupionópolis, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio estadual Presidente Bernardes, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 251/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 14 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lupionópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Presidente Bernardes na sede do citado município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENEAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 321/75

O Poder Executivo, através da mensagem 127/75, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o termo de Convênio firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lupionópolis, visando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Presidente Bernardes, na sede do referido município.

Dispositivo constitucional preceitua que é de competência do Senhor Governador do Estado a celebração de convênios, referendo deste Poder Legislativo.

Face ao exposto e ao contido no processo, somos de parecer que deve a matéria sofrer normal tramitação, opinando por sua aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 252/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 334/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Wenceslau Braz, objetivando reparos em prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 252/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Wenceslau Braz, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funciona o Ginásio Estadual e o Grupo Escolar Sebastião Paraná, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 334/75

Através da Mensagem 140/75, o Poder Executivo encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o termo de Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Wenceslau Braz, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual e o Grupo Escolar Sebastião Paraná, na sede do referido município.

Dispõe a Constituição que é de competência do Senhor Governador do Estado celebrar convênios ad referendo deste Poder Legislativo.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da matéria na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 143/75, de autoria do Poder Executivo, ofício 256/75, encaminhando mensagem 89/75, que com vistas ao novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, objetiva criar cargos que especifica nos quadros correspondentes dos serviços da Justiça do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, CF, e CRH, EMENDAS da CCJ e CF, com pareceres CONTRÁRIOS da CF e CRH, à EMENDA da CCJ.

PROJETO DE LEI Nº 143/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º — Ficam criados nos quadros correspondentes dos serviços da Justiça do Estado, como decorrência do novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, a entrar em vigor em 01 de janeiro de 1976, e aprovado de conformidade com o estatuído no parágrafo 5º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil (Emenda nº 1, de 17 de outubro de 1969), regulamentado pela Lei 5.621, de 04 de novembro de 1970, os seguintes cargos:

- I — 6 (seis) de Juiz do Tribunal de Alçada;
- II — 6 (seis) de Juiz de Direito Substituto de Segunda Instância;
- III — 17 (dezessete) de Juiz de Direito de Entrância Final;
- IV — 11 (onze) de Juiz de Direito Substituto de Primeira Instância;
- V — 46 (quarenta e seis) de Juiz de Direito de Entrância Intermediária;
- VI — 7 (sete) de Juiz de Direito Auxiliar de Entrância Intermediária;
- VII — 15 (quinze) de Juiz de Direito de Entrância Inicial;
- VIII — 14 ((catorze)) de Juiz Adjunto).

Parágrafo único — Os atuais cargos de Juiz Substituto passam a ter a denominação de Juiz Adjunto, devendo o órgão competente da Secretaria do Tribunal de Justiça providenciar as necessárias apostilas.

Art. 2º — O artigo 3º da Lei Estadual 6.137, de 31 de julho de 1970, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 3º — Os desembargadores componentes das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça perceberão, mensalmente, gratificação idêntica à percebida pelos membros do Conselho Superior da Magistratura”.

Art. 3º — Os Juízes em substituição nos Tribunais de Segunda Instância perceberão vencimentos equivalentes aos dos substituídos, até trinta dias após a desconvocação.

Art. 4º — O Juiz de Direito que, cumulativamente com suas funções na Vara ou Comarca de que é titular, exercer jurisdição plena, em regime de exceção, em outra Vara ou Comarca, perceberá quando o período for superior a quinze dias, a título de gratificação, um terço do vencimento básico de seu cargo.

Art. 5º — Ficam criados na Comarca de Entrância Final de Curitiba os seguintes cargos:

- I — 8 (oito) de Escrivão do Crime, nível PJ-30;
- II — 10 (dez) de Escrivão do Cível;
- III — 36 (trinta e seis) de Oficial de Justiça, nível PJ-22;
- IV — 25 (vinte e cinco) de Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-20.

Parágrafo único — Os Escrivães da Terceira (3ª) e Quarta (4ª) Varas de Família e da Quarta (4ª) Vara da Fazenda Pública perceberão vencimentos correspondente ao nível PJ-25.

Art. 6º — Ficam criados os seguintes cargos, nas comarcas de Entrância Intermediária de:

a) APUCARANA:

- Um (1) de Escrivão de Menores, nível PJ-29;
- Dois (2) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

b) CAMPO MOURÃO:

- Um (1) de Escrivão do Cível;
- Um (1) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;
- Um (1) de Escrivão de Menores, nível PJ-29;
- Seis (6) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
- Um (1) de Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-18;

c) CASCAVEL:

- Dois (2) de Escrivão do Cível;
- Um (1) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;
- um (1) de Escrivão de Menores, nível PJ-29;
- Oito (8) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
- Um (1) de Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-18.

d) CIANORTE:

- Um (1) de Escrivão de Menores, nível PJ-29;
- Dois (2) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

e) FOZ DO IGUAÇU:

- Um (1) de Escrivão do Cível;
- Quatro (4) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

f) FRANCISCO BELTRÃO:

- Um (1) de Escrivão do Cível;
- Dois (2) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

g) GUARAPUAVA:

- a) Um (1) de Escrivão do Cível;
- b) Dois (2) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

h) LONDRINA:

- Dois (2) de Escrivão do Cível;
- Dois (2) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;
- Oito (8) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
- Dois (2) de Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-18.

i) MARINGÁ:

- Dois (2) de Escrivão do Cível;
- Um (1) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;
- Seis (6) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
- Um (1) de Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-18.

j) PARANAVAÍ:

- Um (1) de Escrivão de Menores, nível PJ-29;
- Dois (2) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

k) PATO BRANCO:

- Um (1) de Escrivão de Menores, nível PJ-29;
- Dois (2) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

l) PONTA GROSSA:

- Dois (2) de Escrivão do Cível;
- Um (1) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;
- Seis (6) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
- Um (1) de Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-18.

m) UMUARAMA:

- Um (1) de Escrivão do Cível;
- Um (1) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;
- Um (1) de Escrivão de Menores, nível PJ-29;
- Seis (6) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
- Um (1) de Auxiliar de Cartório Criminal nível PJ-18.

Art. 7º — Ficam criados em cada uma das Comarcas de Entrância Intermediária de Arapongas, Araucária, Assis Chateaubriand, Cruzeiro do Oeste, Guaíra, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranajeiras do Sul, Rolândia, São José dos Pinhais e Toledo, dois (2) cargos de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

Art. 8º — Ficam criados em cada uma das Comarcas de Entrância Inicial de Altônia, Alto Piquiri, Barracão, Barbosa Ferraz, Cidade Gaúcha, Corbélia, Grandes Rios, Palmital, Palotina, Pérola, Realeza, Santa Helena, São João do Ivaí, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa do Oeste, os cargos de:

- i — um (1) Escrivão do Cível;
- II — um (1) Escrivão do Crime, nível PJ-28;
- III — dois (2) Oficial de Justiça, nível PJ-16;
- IV — um (1) Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-16;
- V — um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial.

Art. 9º — Ficam criados nos serviços auxiliares internos do Tribunal de Justiça:

- a) Setenta e um (71) cargos de Servente, assim discriminados:

- I – dez (10) no nível PJ-14;
- II – dez (10) no nível PJ-13;
- III – dez (10) no nível PJ-12;
- IV – dez (10) no nível PJ-11;
- V – dez (10) no nível PJ-10;
- VI – dez (10) no nível PJ-09;
- VII – onze (11) no nível PJ-8.

Parágrafo único – Em cada nova Vara criada pelo novo Código de Organização e Divisão Judiciárias, será lotado (1) um Servente.

Art. 10 – A carreira de Assistente Social, previsto no número XII, do artigo 6º da Lei 5.848, de 23 de setembro de 1968, com as modificações introduzidas pela Lei 6.620, de 30 de setembro de 1974, fica acrescida de:

- I – um (1) cargo no nível PJ-28;
- II – um (1) cargo no nível PJ-27;
- III – Dois (2) cargos no nível PJ-26.

Parágrafo único – Será lotado um Assistente Social nas Varas de Menores das Comarcas de Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Art. 11 – São criados os seguintes Ofícios e cargos correspondentes no foro extrajudicial:

I – Na Entrância Final (Comarca de CURITIBA):

- a) Dois (2) Ofícios de Registro de Títulos e Documentos, acumulando o Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas, com a denominação ordinal de 3º e 4º Ofícios, respectivamente;
- b) Dois (2) Ofícios de Protesto de Títulos, com a denominação ordinal de 3º e 4º Ofícios, respectivamente;
- c) Os atuais 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro Civil de Nascimentos e Óbitos do distrito da sede da Comarca de Curitiba ficam constituídos, também, do de Casamento.

II – Nas Comarcas de Entrância Intermediárias de:

a) ARAUCÁRIA:

Um (1) Tabelionato de Notas.

b) ASTORGA:

Um (1) Ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

c) ASSIS CHATEAUBRIAND:

Um (1) Tabelionato de Notas.

d) CAMPO MOURÃO:

Um (1) Ofício de Protesto de Títulos.

e) CASCAVEL:

Um (1) Tabelionato de Notas;

Dois (2) Ofícios de Registro de Imóveis, que passam a ter a denominação ordinal de 2º e 3º Ofícios, respectivamente;

Um (1) Ofício de Protesto de Títulos;

Um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos.

f) FOZ DO IGUAÇU:

Um (1) Tabelionato de Notas.

g) GUAÍRA:

Um (1) Tabelionato de Notas.

h) JACAREZINHO:

Um (1) Tabelionato de Notas.

i) LARANJEIRAS DO SUL:

Um Tabelionato de Notas.

j) PARANAVAÍ:

Um (1) Ofício de Registro de Imóveis, para que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

k) PATO BRANCO:

Um (1) Tabelionato de Notas;

Um (1) Ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

l) ROLÂNDIA:

Um (1) Tabelionato de Notas.

m) SÃO JOSÉ DOS PINHAIS:

Um (1) Tabelionato de Notas;

Um (1) Ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

n) UMUARAMA:

Um (1) Ofício de Protesto de Títulos.

o) GUARAPUAVA:

Um (1) Ofício de Protesto de Títulos.

p) IRATI:

Um (1) Ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

q) IVAIPORÃ:

Um (1) Tabelionato de Notas.

r) LONDRINA:

Um (1) Ofício de Protesto de Títulos.

s) MARINGÁ:

Um (1) Ofício de Protesto de Títulos.

t) PONTA GROSSA:

Um (1) Ofício de Protesto de Títulos.

u) TOLEDO:

Um (1) Tabelionato de Notas;

Um (1) Ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

II – Na Entrância Inicial:

a) em cada uma das Comarcas de Altônia, Alto Piquiri, Barracão, Barbosa Ferraz, Cidade Gaúcha, Corbélia, Grandes Rios, Palmital, Palotina, Pérola, Realeza, Santa Helena, São João do Ivaí, São Miguel do Iguaçu, e Terra Roxa do Oeste:

Um (1) Tabelionato de Notas;

Um (1) Ofício de Protesto de Títulos;

Um (1) Ofício de Registro de Imóveis;

Um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;

Um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos;

Um (1) Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 12 – O Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel é desmembrado, constituindo-se o Primeiro (1º), o Segundo (2º) e o Terceiro (3º) Ofícios de Registro de Imóveis.

Art. 13 – O Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos da Comarca de Cascavel é desmembrado, constituindo-se o Primeiro (1º) e o Segundo (2º) Ofícios.

Art. 14 – Fica desanexado do Primeiro (1º) Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá, o Ofício de Registro de Títulos e Documentos, exercido cumulativamente, passando as referidas atribuições à competência do Ofício já existente de Registro de Títulos e Documentos.

Art. 15 – Fica criado no município e Comarca de Chopinzinho o distrito judiciário de Saudades, com sede na localidade do mesmo nome, com as divisas constantes da Lei Estadual número 8, de 8 de junho de 1973.

Art. 16 – O Ofício de Registro Civil de Casamento, acumulando as funções de Escrivania de Execuções Criminais

e Corregedoria dos Presídios, do distrito da sede de Curitiba, fica suprimido, podendo o atual Oficial optar, dentro do prazo de vinte (20) dias da vigência do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, por qualquer dos Ofícios criados, no foro judicial ou extrajudicial da Comarca de Curitiba, direito que lhe é assegurado com prioridade.

Art. 17 — Ficam criadas, na Entrância Inicial, as seguintes Comarcas:

- I — Altônia: compreendendo o distrito de sede;
- II — Alto Piquiri: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Brasilândia, Paulistânia, Mirante do Piquiri e Saltinho do Oeste (município de Alto Piquiri);
- III — Barbosa Ferraz: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Ourilândia, Pocinho, Teresa Breda e Corumbataí do Sul (município de Barbosa Ferraz);
- IV — Cidade Gaúcha: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Rondon e Bernardelli (município de Rondon) e de Guaporema, Tapira, e Nova Olímpia (município do mesmo nome).
- V — Corbélia: compreendendo o distrito da sede.
- VI — Grandes Rios: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Ribeirão Bonito e Rio Branco (município de Grandes Rios).
- VII — Palmital: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Laranjal e Altamira (município de Palmital).
- VIII — Palotina: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Vila Maripa, São Camilo, Pérola Independente e Alto Santa Fé (município de Palotina).
- IV — Pérola: compreendendo a sede e o distrito judiciário de Boa Esperança (município de Pérola).
- X — Realeza: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Marmelândia (município de Realeza), de Santa Isabel do Oeste e Rio da Prata (município de Santa Isabel do Oeste) e de Ampère (município do mesmo nome).
- XI — Santa Helena: compreendendo a sede e o distrito judiciário de São Clemente (município de Santa Helena).
- XII — São João do Ivaí: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Lunardelli e Ubauná (município de São João do Ivaí).
- XIII — São Miguel do Iguaçu: (compreendendo o distrito da sede e os distritos judiciários de Itacoara e Aurora do Iguaçu (município de São Miguel do Iguaçu).
- XIV — Terra Roxa do Oeste: compreendendo o distrito de sede.

Art. 18 — Aos titulares das Escrivanias dos distritos das sedes das comarcas criadas, fica assegurado o direito de opção por um dos Ofícios da natureza que desempenham, a ser manifestada no prazo de trinta (30) dias, a contar da vigência do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Art. 19 — São elevadas à categoria de Entrância Intermediária as seguintes Comarcas: Auracária, Assis Chateaubrinad, Bela Vista do Paraíso, Goioerê, Guaíra, Laranajeiras do Sul, Rolândia e Toledo.

Parágrafo único — Os cargos integrantes dos serviços da Justiça, referentes às Comarcas aludidas neste artigo, ficam transformados em cargos correspondentes aos de entrância intermediária, exceto os relativos a Juiz de Direito, cuja transformação só se dará quando vagarem.

Art. 20 — A delimitação territorial das circunscrições imobiliárias das Comarcas de Astorga, Cascavel, Irati, Paranavaí, Pato Branco, São José dos Pinhais e Toledo, integram o Anexo I desta Lei; a delimitação territorial dos Ofícios de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos da Comarca de Cascavel, integra o Anexo II desta Lei.

Art. 21 — As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário para o exercício de 1976.

Art. 22 — Esta Lei entrará em vigor a 01 de janeiro de

1976, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 07 de novembro de 1975.

(a.) PODER EXECUTIVO

#### ANEXO I

Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de Cascavel:

- a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício de Registro de Imóveis, abrange, no município de Cascavel, o território situado à direita da Rodovia Federal denominada BR-277, no sentido Curitiba — Foz do Iguaçu.
- b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do registro de Imóveis, abrange, no citado município, o território situado à esquerda da linha divisória retro mencionada.
- c) 3º Ofício: A circunscrição territorial do 3º Ofício do Registro de Imóveis, abrange, o território dos distritos dos municípios de Catanduvas do Sul e Capitão Leônidas Marques.

Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de TOLEDO:

- a) 1º Ofício: Ao norte da linha divisória que começa na confluência da Sanga Perdida com o Rio São Francisco, divisa com o município de Marechal Cândido Rondon, seguindo pelo Rio São Francisco em direção às suas nascentes, até cortar a estrada oficial Toledo-Ouro Verde, e seguindo pela mesma passando pela Avenida Ministro Cirne Lima até encontrar a Rua Guarani, e seguindo por esta até a Rua São João, e daí rumo ao Sul, seguindo pela Estrada da Usina até encontrar a ponte sobre o Rio São Francisco, e seguindo por este até a foz do Arroio Lopei, localizado na divisa do município de Cascavel.
- b) 2º Ofício: Compreende a área localizada ao sul da linha divisória anteriormente descrita.

Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de ASTORGA:

- a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício de Registro de Imóveis abrange, no município de Astorga, o território situado à direita da divisa seguinte: do Cruzamento do limite dos municípios de Astorga — Sabaudia com a estrada de rodagem que liga estas duas cidades, segue por esta com destino à sede do município até encontrar a Av. Getúlio Vargas, segue por esta até a Av. Manoel Ribas e por esta até a Av. São João, por esta até encontrar a estrada que liga Astorga no município de Iguaçu, e por esta até a divisa do município e territórios dos municípios de Santa Fé e Munhoz de Mello.
- b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do Registro de Imóveis abrange, no município de Astorga, o território situado à esquerda da divisa descrita na alínea "a" acima e os territórios dos municípios de Iguaçu e Flórida.

Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da comarca de IRATI:

- a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício do Registro de Imóveis abrange, no município de Irati, o território situado à direita da divisa seguinte: do cruzamento do limite dos municípios Irati-Teixeira Soares, pela estrada Palmeira-Irati, até encontrar no perímetro urbano da sede deste distrito a rua Dona Noca, continuando por esta até a Marechal Deodoro, e seguindo por esta até a junção com a rua Dr. Munhoz da Rocha, e por esta, até a rua XV de Novembro, pela qual continua até encontrar a rua 19 de Dezembro, e por esta até a esquina da rua Lino Esculápio, e seguindo esta até a esquina com a Avenida Getúlio Vargas, e por esta até o cruzamento da estrada que vai a Rio Corrente de Cima, via Lagoa, seguindo até encontrar a Barra do Rio Preto, com o Rio Corrente, nos limites do distrito de Guaramirim e mais os territórios dos distritos de Gonçalves Júnior e Cadeadinho.



b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do Registro de Imóveis, abrange a área restante do município de Irati, composta por parte do distrito sede, do lado esquerdo da divisa descrita na alínea "a", e mais o distrito de Guaramirim e o território do município de Inácio Martins.

#### Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício do Registro de Imóveis abrange, no município de São José dos Pinhais, o território situado à esquerda da divisa seguinte: Partindo da ponte sobre o Rio Iguaçu sobe pela Avenida Souza Naves até a rua 15 de Novembro, por esta até atingir a BR-59, e por esta até os limites com o município de Tijucas do Sul, na ponte sobre o Rio da Una; e o território dos Distritos de Mandirituba e Agudos do Sul.

b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do Registro de Imóveis abrange, no município de São José dos Pinhais, o território situado à direita da divisa descrita na alínea "a", acima; e o território dos Distritos de Tijucas do Sul e Guaratuba.

#### Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de PARANAVÁ:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício de Registro de Imóveis, abrange o território do município de Paranavá.

b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício de Registro de Imóveis, abrange os municípios de Amaporã, Guairacá, Tamboara e Nova Aliança do Ivaí.

#### Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de PATO BRANCO:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício de Registro de Imóveis, abrange o território do município de Pato Branco.

b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício de Registro de Imóveis, abrange o território dos municípios de Itapejara do Oeste, Verê e Vitorino.

## ANEXO II

#### Delimitação territorial dos Ofícios de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos da Comarca de CASCAVEL:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício de Registro de Nascimentos, Casamentos, e Óbitos, abrange, no distrito da sede da Comarca de Cascavel, o território situado à direita da Rodovia Federal denominada BR-277, no sentido Curitiba – Foz do Iguaçu.

b) 2º – A circunscrição do 2º Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, abrange, no Distrito da sede da Comarca de Cascavel, o território situado à esquerda da linha divisória retro mencionada.

Nº 471/75 – G.P. Curitiba, 13 de outubro de 1975.  
Senhor Governador.

Não ignora Vossa Excelência que este Tribunal vem

apreciando, para aprovação ainda no decorrer deste ano e entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 1976, o novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme lhe faculta o parágrafo 5º do artigo 144 da Constituição da República.

Até o momento, já se tem por definida a parte relativa à divisão judiciária, que resultará alterada com a imprescindível criação das Comarcas e Varas, por modo que os serviços da Justiça, cuja ampliação se impõe como decorrência inelutável do progresso sócio-econômico do Estado, possam melhor corresponder ao incremento das demandas da população e permitam maior eficiência e funcionalidade à prestação jurisdicional.

Incumbe-nos, assim, propor a Vossa Excelência – de acordo com o previsto no artigo 4º da Lei Federal 5.621, de 04 de novembro de 1970 – a iniciativa do processo legislativo que objetiva a criação dos cargos implicados pela aprovação do Código a vigor no próximo ano, para cujo efeito anexamos à presente exposição de motivos o incluso anteprojeto de lei, sobre o qual já decidiu o egrégio Tribunal Pleno.

Em face da urgência que a matéria está a requerer, tomamos a liberdade de encarecer use Vossa Excelência, ao encaminhar a competente mensagem governamental à augusta Assembléia Legislativa, do permissivo constitucional que lhe enseja solicitar a apreciação do projeto dentro de quarenta e cinco dias (artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição do Estado).

Afora a elevação do número de cargos de Juiz das diversas categorias, que de duzentos e oito passará para trezentos e vinte e quatro, prevê-se o acréscimo de mais seis membros na composição do Tribunal de Alçada, bem assim a criação de inúmeros cargos nos foros judicial e extrajudicial, como os de Escrivão, Oficial de Justiça, Auxiliar de Cartório, Servente, Oficial de Registro de Imóveis, Oficial de Protesto de Títulos e outros, tudo por força da necessidade de propiciar o desafogo do aparelho judiciário, que a sobrecarga de serviços tenderia a emperrar.

Devemos ponderar a Vossa Excelência, entretanto, que os cargos correspondentes ao foro extrajudicial não são remunerados pelos cofres públicos, qual ocorre a uma boa parcela dos cargos relativos ao foro judicial.

Além disso, importa lembrar que a criação de Comarcas e Varas atende a uma antevisão do desenvolvimento do Paraná no decurso de cinco anos, que é o prazo de inalterabilidade da organização judiciária por imperativo constitucional, o que vale dizer que sua instalação se fará progressivamente, no fluir de um quinquênio, acarretando um aumento também gradativo das despesas.

De qualquer modo, o acréscimo previsível do dispêndio anual com vencimentos e gratificações de pessoal – que será de aproximadamente 52,2 por cento, ou seja, de Cr\$ 20.667.180,00 – já fora incluído na proposta orçamentária deste Poder para o ano de 1976, tornando desnecessária qualquer suplementação imediata, segundo disposição constante do artigo 22 do anteprojeto ora submetido à honrosa consideração de Vossa Excelência.

Na expectativa de suas obsequiosas determinações, que de antemão muito agradecemos, e na certeza de merecer-lhe a costumeira fidalguia com que Vossa Excelência tem sabido garantir a plena harmonia entre os três poderes do Estado, louvamos a ocasião para reiterar-lhe nossos protestos de subido apreço e permanente admiração.

a) HENRIQUE NOGUEIRA DORFMUND – Presidente do Tribunal de Justiça.

# QUADRO COMPARATIVO GERAL

Referente ao pagamento do Vencimento e gratificação de Produtividade do Pessoal (Magistrados e servidores remunerados) da Capital e Interior, tendo em vista o aumento de número de cargos previsto pelo futuro Código de Organização e Divisão Judiciárias.

	MENSAL atual	ANUAL atual	MENSAL futuro	ANUAL futuro	TOTAL MENSAL futuro	TOTAL ANUAL futuro
Vencimento + Grat. Prod.	3.301.459,00	39.617.508,00	1.722.265,00	20.667.180,00	5.023.724,00	60.284.688,00

diferença a maior

Percentual  
de  
elevação = aproximadamente 52,2%

WILSON ROBERTO RAITANI  
Chefe da Divisão de Controle  
Financeiro do Pessoal

OSMAR ROZÁRIO  
Diretor do Departamento  
Econômico e Financeiro

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER

A mensagem governamental, enviada a Assembléia Legislativa por imperativo constitucional do parágrafo quinto do artigo 144 da Constituição Brasileira, vem inserida do prazo de quarenta e cinco dias, como base no § 3º do artigo 25 da Lei Maior deste Estado.

A relevância e complexidade da matéria se faz sentir tão preponderantemente que o próprio Chefe do Executivo, solicitou sua devolução para um estudo mais aprofundado, e diante da impossibilidade temporal, convocou a Assembléia extraordinariamente. Esta Comissão, a pedido do Relator, houve por bem subsidiar-se das opiniões da ordem dos Advogados do Brasil e da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, os quais aquiesceram em colaborar com o Legislativo no sentido de que a presente lei, no âmbito de competência deste Poder, tivesse a mais ampla e informada discussão. Lamentável apenas que a Casa não auriisse dos elevados ensinamentos e conhecimentos dos Insignes Magistrados do Poder Judiciário ao estudo do projeto, por entenderem que o "Código de Organização e Divisão Judiciárias, já foi apreciado e aprovado pelo Colendo Tribunal Pleno, cuja competência é deferida pela Constituição Federal, regulamentada pela Lei 5.621/70, não mais podendo sofrer qualquer modificação conforme ofício em poder da Comissão.

Ante a negativa, solicitávamos, para informação deste Poder, com a precípua finalidade de não conflitarmos com competência do Judiciário, fosse-nos enviado o teor do novo Código como se depreende "já apreciado e aprovado pelo Colendo Tribunal Pleno". Sentimo-nos, todavia privados dessa consulta, por não termos recebido aquele Código. A verdade é que a mensagem, que importa no aumento de mais de vinte milhões de cruzeiros, chegou à Assembléia Legislativa, despida de qualquer justificativa por parte do Executivo ou Judiciário, para que se encontrem razões de sua aprovação. Se formalmente o projeto carece de justificativas, e para o bojo dos autos não conseguíssemos trazer mais elementos que as candentes afirmações dos ilustres Representantes da OAB e Associação dos Serventuários da Justiça, ambas em posição crítica ao que se presume tenha sido votado pelo Colendo Tribunal, sabemos de

que o projeto é imperioso e inadiável de ser apreciado. Em outras circunstâncias, aconselhável seria que o debate fosse o mais amplo possível ou no dizer do Representante da OAB, que "Não adianta ter um Código de Processo bom se não tem uma organização judiciária paralela, que lhe dê vasão. Então, acho que o Código de Organização Judiciária interessam diretamente ao povo. Ele teve uma elaboração errada, porque veio da cúpula, foi imposto. A realidade é esta.

## QUANTO A COMPETÊNCIA PARA EMENDAR A MENSAGEM DO EXECUTIVO.

Muito embora, seja o Poder Judiciário competente por força de disposição constitucional art. 144, § 5º, competência disciplinada pela lei 5.621 de 4 de novembro de 1970, tem esta Casa de Leis, faculdade de emendar, endossar ou recusar a proposta. Tal competência, infere-se da simples interpretação dos textos legais.

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Art. 115 – Compete aos Tribunais:

I – ...

II – elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; propor ao Poder Legislativo a criação ou extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos.

Art. 144, § 6º – Dependerá de proposta do Tribunal de Justiça a alteração do número de seus membros ou dos membros dos tribunais inferiores de segunda instância.

## CONSTITUIÇÃO ESTADUAL:

Art. 21 – Compete a Assembléia Legislativa com sanção do Governador:

I – ...

II – ...

III – ...

IV – ...

V – criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes atribuições e vencimentos;

Art. 91 – Cabe ao Tribunal de Justiça dispor, em resolução, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e organização judiciária, cuja alteração somente poderá ser

feita de cinco em cinco anos.

Parágrafo único: Ressalvado o disposto no artigo 98, II e III, deverão ser enviados ao Governador, para iniciativa do processo legislativo, as resoluções do Tribunal que implicarem em:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos;
- b) aumento de vencimentos ou da despesa pública;
- c) disciplina do regime jurídico dos servidores;
- d) forma e condições de provimento de cargos;
- e) condições para aquisição de estabilidade.

Art. 98 — Compete privativamente ao Tribunal de Justiça:

I — ...

II — ... propor ao Poder Legislativo a criação ou extinção de tais cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

III — propor a alteração do número dos seus membros ou dos membros dos Tribunais inferiores de segunda instância;

IV — ...

V — ...

VI — ...

Evidencia-se que é constante a expressão PROPOSTA ou o verbo PROPOR, valendo dizer: “por diante, apresentar, oferecer a exame, submeter a apreciação, expor, referir, relatar, oferecer como alvitre, indicar, lembrar, sugerir — Dicionário, Caudas Aulete, vol. 4, pág. 3287” ou como ensina o Dicionário MIRADOR, vol. 2, pág. 1405, “apresentar para consideração, discussão ou solução”.

A participação do Poder Legislativo, no presente projeto muito embora a iniciativa seja do Judiciário via Executivo, está determinada constitucionalmente pela observância do Poder Político, ou seja, do arbítrio que o Legislativo tem para aceitar ou recusar a proposta. Aliás a própria Constituição, delimitou a participação do Legislativo, expressando os seus impedimentos na elaboração do processo legislativo, no artigo 25 da Lei Maior do Estado do Paraná.

“Art. 25 — A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador e aos Tribunais estaduais, nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º — ...

§ 2º — Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista:

a) nos projetos oriundos da competência exclusiva do Governador;

b) naqueles relativos à organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa e dos Tribunais estaduais.

Concluindo-se assim, que na apreciação da presente matéria, o único impedimento do Poder Legislativo é de apresentar emendas que aumentem a despesa fixada pelo Executivo. Todas as demais, que não incidam neste particular, estão abrangidas pela competência constitucional desta Assembléia. Diante disso, e lamentando mais uma vez, não termos recebido o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Código de Organização e Divisão Judiciária, já votado e aprovado pelo Colendo Tribunal Pleno, conforme ofício daquele Poder, passemos a análise do projeto de lei, sob o número 143/75.

Preconiza-se, no art. 2º, do Projeto a alteração de redação do art. 3, da Lei Estadual nº 6.137, de 31 de julho de 1970, que assim dispunha:

“Art. 3º — Os desembargadores componentes das duas Comissões permanentes do Tribunal de Justiça, perceberão mensalmente, gratificação “pro labore”, idêntica a percebida pelos membros do Conselho Superior da Magistratura.”

Estabelece assim a lei, o número máximo de Comissões permanentes, das quais a “título pro labore” podem os Desembargadores, perceberem 15 por cento sobre seus vencimentos (art. 115 da lei 5.809 de 15 de julho de 1968). Data vênua, e com base no atual Código de Organização e Divisão Judiciária que não estabelece quais seriam estas

Comissões permanentes, quer nos parecer que deve ser a despesa pública fixada num quantum máximo. Daí a preocupação do Legislador de limitar a duas as Comissões que o desembargador pode perceber 15 por cento de seus vencimentos a “pro labore”.

O que não pode todavia acontecer, é que sem qualquer justificativa, alteremos uma lei que se nos parece perfeitamente adequada as condições do nosso Tribunal de Justiça, mesmo porque o Projeto não trata do aumento do número de desembargadores, razão porque entendemos, não seja necessário maior número de Comissões Permanentes. Voltamos a esclarecer que a falta de maiores informações ao Projeto, impedem sejam muitas de suas partes aceitas, tendo em vista que para alterar-se a despesa pública, é fundamental, esteja ela perfeitamente justificada, como pressuposto democrático de moralização governamental. Acredito que baseado neste princípio foi que o Executivo solicitou a mensagem de volta para eliminar disposição que extendia aos magistrados inativos (art. 5º, da primeira mensagem de 14 de outubro de 1975), as mesmas vantagens, vencimentos e acréscimos legais, que percebem os em atividade. Ademais, é princípio constitucional assentado de que devem ser fixados os quantums de vantagens extraordinárias aos servidores públicos de qualquer natureza. O exemplo é no próprio Poder Legislativo, que tem limitado ao número de (oito) 8 suas sessões extraordinárias remuneradas, art. 33, § 4º da Constituição Federal e art. 13, § 4º da Estadual, recomendando também ambos os diplomas art. 30, letra “e” e art. 16, VI, para não passarem de cinco as Comissões Parlamentares de Inquérito.

## DOS CARGOS E FUNÇÕES

Aumentam-se, nas diversas categorias o número de 116 juízes, além de seis membros para o Tribunal de Alçada. Nos serviços auxiliares do foro judicial o aumento é significativo também. São criados mais 30 cargos de Escrivão do Crime, 38 de Escrivão do Cível, 7 de Menores, 47 de auxiliares de cartório, 15 distribuidores e partidores, 146 de oficiais de Justiça, além de 71 cargos de serventes no Tribunal de Justiça, bem como 4 cargos de Assistentes Sociais. Por outro lado, são criadas 14 novas Comarcas, constituindo-se em evidentes benefícios as populações e municípios contemplados pela medida.

Somos de parecer que tais cargos devam efetivamente ser criados, muito embora, por dever até de ordem pública, tenhamos que deixar algumas considerações anotadas de que esta Comissão foi palco quando da audiência do Representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em lúcido artigo publicado pela Tribuna da Justiça, sob o título REFLEXÕES SOBRE O CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, fotocópia inclusa, destaca o Dr. Edgard Cavalcanti de Albuquerque, que esteve presente nesta Comissão representando a OAB, e, sintetizando suas considerações, a s quais nos reportamos:

“No Paraná, especialmente nos grandes centros urbanos, como Curitiba, Londrina, Maringá e outros, as queixas contra a lentidão da justiça são gerais. As razões determinantes desse imemorial reclamo, que sempre houve, com maior ou menor intensidade, em todas as épocas e em todos os países do mundo, são diversas.

A principal, e como ressalta eminente processualista italiano Chiovenda (Ensayos, II, pág. 126), é que o Direito, concepção abstrata, tem de ser declarado e autuado através de formalidades que constituem o chamado PROCESSO e, em consequência: “O tempo que corre entre a violação e a reintegração do direito, é por si mesmo um dano ao sujeito do direito” e com frequência, o retardo leva, ademais, consigo, verdadeiras e irreparáveis perdas de outros benefícios, além da pacífica posse do direito e às vezes também a diminuição do patrimônio”.

Esta causa principal é, no nosso entender, inarredável, pois

não se pode decidir um direito, açodadamente, sob pena dos prejuízos serem maiores, eis que são aquelas formalidades (O PROCESSO) que evitam a desordem, indicam os caminhos que as partes e seus advogados devem seguir, exclui a licenciosidade dessas mesmas partes e o arbítrio do Magistrado e se tal produz retardamento, evita que eles sejam maiores do que são.

Daí porque diz aquele renomado Processualista, queixar-se das formas processuais que retardam o processo, seria o mesmo que "a pomba queixar-se do ar que diminui a velocidade do seu voo, sem dar-se conta que, precisamente é aquele ar que lhe permite voar".

Mas, se para a apuração do direito de cada um, as formas processuais são inarredáveis, causem ou não retardamento para uma decisão definitiva, elas podem ser melhoradas e sob tal aspecto muito já se fez neste país, com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, o qual, em que pese a opinião dos seus detratores, ou mesmo algumas falhas que apresente e que não caberia aqui apreciá-las, muito concorrerá se realmente aplicadas com rigor suas regras e princípios, para uma justiça mais rápida e mais objetiva.

Todavia, somente a reforma para melhor das leis processuais, não importará em uma melhoria nos serviços da Justiça. Ela deve ser acoplada de uma Organização Judiciária eficiente, pois a deficiência é também uma das causas da lentidão do processo civil e penal, que é reconhecida por todos e que deve ser, senão extinta, pelo menos reduzida ao mínimo.

Quanto às medidas que devem ser adotadas na Organização Judiciária, entendemos, inicialmente, que pessoa alguma, sozinha, por mais capaz que seja, poderá de pronto determiná-las ou preconizá-las, porque é matéria de alta indagação e mesmo de administração — ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA — e que pode ser comparada à administração de uma empresa, seja ela pública ou privada e assim deverá, previamente, haver em cada Comarca ou Órgão, uma paciente e longa pesquisa, para que sejam apuradas as lacunas e deficiências de cada um, de modo a haver efetivamente providências que visem dar maior produtividade aos serviços.

Esse é o procedimento normativo das grandes empresas, indústrias ou estabelecimentos bancários, onde há uma preocupação constante na pesquisa de dados para uma perfeita "racionalização dos serviços", com consequente economia dentro de uma maior produtividade.

Quem já trabalhou em qualquer daquelas entidades, sabe perfeitamente como é importante a pesquisa de dados para obter-se a almejada "racionalização dos serviços".

No nosso país nota-se que os Poderes Executivo e Judiciário, principalmente o primeiro, tem procurado adaptar-se às condições do mundo moderno, enquanto o Poder Judiciário permanece, há muitas décadas com a mesma organização, as mesmas fórmulas, com praxes antiquadas, obsoletas e supradas no tempo e no espaço.

Entendemos, assim, que esse é o sentido que se deve dar hoje ao Código de Organização Judiciária do Paraná, sem que jamais, o melhoraremos da lentidão do Processo, Civil ou Penal.

No entanto, não é isso o que acontece com o anteprojeto que tivemos oportunidade de ler, pois não abordou, nem sequer de passagem, tais aspectos, limitando-se a aumentar o número de órgãos no foro judicial e extra-judicial, como se tal pudesse concorrer para uma melhor distribuição da Justiça.

No nosso entender, três pontos básicos deviam ter sido abordados no anteprojeto e que não o foram, pontos esses que consideramos fundamentais para a RACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA.

Primeiro a descentralização, que hoje, nos grandes centros urbanos do Estado, estão concentrados em Curitiba, no Palácio da Justiça e nas Comarcas do Interior, nos Edifícios dos Foruns.

A centralização torna moroso e difícil o acesso e, no dizer do ilustrado Professor Haroldo Valadão: "é a inacessibilidade

com estas torturas que se chamam fila, burocracia, distribuição por sorteio e, consequentemente, fuga dos tribunais, principalmente pelos pobres e pequeninos e a diminuição das causas, o êxodo dos jurisdicionados..."

Devia neste aspecto o anteprojeto proceder aquela descentralização, admitindo a criação de Juízos Distritais ou Pretorias em pontos acessíveis nos bairros, subúrbios ou zonas rurais, para o processamento e julgamento das pequenas causas cíveis ou criminais, criando assim aquela Justiça que CAMPOS SALES chamava de "JUSTIÇA A PORTA DOS CIDADÃOS".

A oficialização dos serviços judiciários é outro ponto que devia ter sido enfocado, pois em sumo uma sociedade perfeitamente organizada, a distribuição da Justiça deve ser uma prestação gratuita do Estado.

O sistema atual é arcaico e até mesmo cheirando a coisas da Idade Média, dando margem a outorga de privilégios e regalias para alguns, em detrimento da imensa maioria dos serventuários. Todavia, deve ser procedida gradativamente, a fim de não ferir situações já estabilizadas.

Aqueles que se opõem à oficialização dos Cartórios, antepomos como argumento incontestável o funcionamento da Justiça do Trabalho, com suas Secretarias onde os serviços são mais baratos e mais rápidos, destinando-se a totalidade da renda para a coletividade, e não para um pequeno grupo de cidadãos.

Enfim, o terceiro ponto básico que no nosso entender não foi devidamente regulado no aludido anteprojeto, diz respeito ao elemento humano e instalações. É uma verdadeira dogma da ciência administrativa que o fator humano é elemento básico em qualquer ciência de organização. De nada valerão leis processuais perfeitas ou organizações judiciárias adequadas, se não existirem pessoas capazes para a sua execução. Entendemos assim que uma seleção mais rigorosa devia ter sido prevista naquele anteprojeto, tanto para o magistrado como para o Serventuário da Justiça. Para a seleção de Juizes, por exemplo, devia ter sido exigido um maior tempo de prática forense, pois é inegável que a experiência adquirida na militância da advocacia trará maior preparo àqueles que se candidatam à Magistratura, sendo esta uma das razões, como é sabido, da alta qualificação da Corte inglesa.

Há de que se terminar uma vez por todas com o regime de apadrinhamento político ou com o tráfico de influência para o preenchimento dos cargos que interessam ao bom andamento do serviço da Justiça e que, infelizmente, é comum não só no Paraná, como em todo o Brasil.

Esse é o nosso pensamento sobre o que se deva fazer no Código de Organização Judiciária do Paraná, que como esclarecemos no título deste, são simples reflexões de um profissional com longos anos de prática forense.

## DO FORO EXTRA-JUDICIAL

Tão logo recebemos o Projeto para relatar, inúmeros foram os Serventuários do Foro Extra-Judicial que nos procuraram. Relatando situações por eles consideradas anormais e insustentáveis se aprovado na íntegra o projeto, (bem como reivindicando algumas alterações, uma razoáveis, outras absurdas) mas evidenciando, em síntese, de que algumas alterações se fazem necessárias.

Vejamos inicialmente que a mensagem lembra, que a estes cargos, não corre remuneração pelos cofres públicos, com isso esclarecendo enfaticamente a competência já enumerada anteriormente, de que os membros deste Poder tem para apresentar emendas ao Projeto.

Em anteprojeto que circulou nesta Casa, oriundo e elaborado na Comissão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e que segundo se sabe serviu de base para o novo Código de Organização e Divisão Judiciária do Paraná, nele no artigo 136, constava importante e inovadora medida para conduzir a oficialização dos cartórios, assim redigida:

"A partir de primeiro de janeiro de 1977, nenhum auxiliar de justiça poderá perceber, mensalmente, a qualquer título, importância líquida superior à percebida por Desembargador.

§ 1º — O Presidente do Tribunal de Justiça baixará ato dispondo sobre a firma e aplicação do dispositivo.

§ 2º — A disposição não atinge aos em exercício efetivo ou aos que, já habilitados em concurso, aguardam nomeação".

Evidentemente que se aprova a disposição, o grande passo foi dado no sentido de oficializarem-se os cartórios, pondo fim assim a verdadeiros privilégios hoje ainda existentes. Neste aspecto é forçoso considerar e reconhecer o direito adquirido, como princípio de qualquer alteração e reformulação, o que aliás ficou preceituado no parágrafo segundo do referido artigo. Todavia, se a medida por um lado atende aos altos interesses da Justiça, se visa um fim moralizante (terminar com as minas de ouro que são alguns cartórios) peca o presente projeto em pretender estender, ainda, tais privilégios, com a criação de mais cartórios. Estes, quando da aplicação da medida saneadora, já estarão escudados, também pelo direito adquirido valendo dizer, serão mais privilegiados que se contemplam com o projeto.

Conveniente seria que a medida fosse adotada imediatamente, já a partir da vigência da Nova Organização e Divisão e não apenas em 1977.

Porque estender tais privilégios, quando se procura enfaticamente extingui-los? Plausível, nos parece, que ambas ou seja, a criação de novos cartórios extra-judiciais e a disposição de limitar os lucros excessivos, tenham vigência comum, até por uma questão de coerência e lógica.

É evidente que vivemos sob a expectativa de uma reformulação geral da nossa Justiça, anunciando-se inclusive a pretensão de federalização da mesma. Tem contribuído para isso, mormente no seio da opinião pública, os reclamos contra as verdadeiras fontes de arrecadação a particulares que são os Cartórios de Protestos de títulos e Registro de Imóveis em especial. É voz corrente que os titulares de algumas destas serventias ganham mensalmente, sobre alguns, somas fabulosas. Todavia, se isso ocorre, não é privilégio apenas do Paraná. Buscamos alguns dados estatísticos para efeito de critérios e chegamos às seguintes conclusões: **OFÍCIOS DE PROTESTOS DE TÍTULOS:**

São Paulo com mais de 6.000.000 de habitantes possui 4 ofícios e mais dois criados porém ainda não instalados; Guanabara com população de 4.500.000 habitantes, possui 4 ofícios; Porto Alegre com população superior a um milhão de habitantes, teve recentemente instalado o 2º ofício de protesto e Brasília com população também superior a meio milhão de habitantes possui um único ofício de protesto. Tais dados, buscamos no recenseamento de 1970 pelo IBGE, o que vale dizer, em todas estas

Capitais os números de habitantes deve ser corrigidos, eis que a explosão demográfica nos últimos cinco anos foi elevadíssima, face a crescente evasão dos meios rurais. Temos assim que em média, pelo Brasil, para as capitais, os Ofícios de Protestos de Títulos, o número padrão seria entre um mínimo de meio milhão e um milhão e meio de habitantes, ou seja na média de um milhão de habitantes por Ofício. Ora Curitiba e as principais cidades Paranaenses, estão muito aquém destas cifras. Em 1970, Curitiba tinha uma população recenseada de 624.362 habitantes, para dois ofícios de Protesto, prevendo o Projeto a criação de mais duas serventias na Capital. Estimando-se em oitocentos mil habitantes a população da Capital, chegamos à conclusão de que se fixou o critério de duzentos mil habitantes por ofício.

Todavia, a guisa de exemplo, tomemos a Comarca de Campo Mourão, que em 1970, tinha uma população não superior a 150 mil habitantes. Agora com a criação da Comarca de Barbosa Ferraz (40.000 habitantes) sua população não excederá aos 140 mil, isso já estimando-se o crescimento populacional nos últimos cinco anos. A criação de mais um Cartório de

Protesto, ficando dois na Comarca de Campo Mourão, equivale a uma média de setenta mil habitantes por ofício. De igual modo, se for efetuada uma análise das Comarcas onde se pretende estender a criação de Ofícios de Protestos de Títulos (Curitiba e Ponta Grossa), não se consegue estabelecer um critério numérico preconizado pelo artigo 5º, Parágrafo único da Lei 5.621, de 4 de novembro de 1970, que assim disciplina a matéria:

"Art. 5º — A divisão judiciária compreende a criação, a alteração e a extinção das seções, circunscrições, comarcas, termos e distritos judiciários, bem como a sua classificação.

Parágrafo único — Para a criação, a alteração e a extinção ou a classificação das comarcas e outras divisões judiciárias os Estados observarão critérios uniformes com base em:

- I — extensão territorial;
- II — número de habitantes;
- III — número de eleitores;
- IV — receita tributária;
- V — movimento forense".

Não se pode negar que efetivamente, em alguns casos a expectativa de crescimento exige outra serventia, porém em outras, os reclamos parecem ter procedência. Algumas emendas supressivas de tais serventias, nos foram enviadas e por julgarmos que atendem a critérios equânimes, as apresentaremos à apreciação desta Comissão.

Reta ainda alinhar, com referência aos Ofícios de Protestos de Títulos, que a proliferação de tais serventias pudesse abrir a possibilidade de maior e melhor atendimento à Justiça, porém não é menos verdade, que redundará no aumento de despesas aos menos favorecidos pela obrigatoriedade de constantes e burocráticas certidões negativas de protesto, com validade precaríssima de trinta dias. Aqui em Curitiba, ao invés de duas certidões, terão os que delas necessitam, de apanharem quatro a partir da nova organização, com evidentes prejuízos para a bolsa popular. A opção, enquanto não se oficializam os cartórios, para a ter, o legislador é difícil. Conservar-se o mesmo número de Ofícios de Protestos (permitindo, se for o caso, verdade, que poucos se enriqueçam) ou ampliar este privilégio a outros e onerar-se ainda mais o sofrido povo paranaense, sobre o qual, infalivelmente arcará a consequência da ampliação.

#### REGISTROS DE IMÓVEIS

São previstas as criações destes ofícios nas Comarcas de Astorga, Paranaíba, Cascavel, Pato Branco, Irati, Toledo, em cada e dois em Cascavel. Pelo anexo I, delimitam-se as circunscrições imobiliárias dos novos ofícios. Nos chamou atenção o fato de não esclarecer o Projeto, com quem ficará o arquivo e acervo dos ofícios desmembrados, que por medida até de justiça, devem permanecer com quem efetivamente os elaboraram. Neste particular é válida emenda que a Comissão recebeu no caso da supressão do Ofício de Registro Civil de Casamento de Curitiba, ao determinar-se o arquivo daquele, ao primeiro dos ofícios, que a rigor não é suprimido, mas sim desmembrado em quatro.

#### OUTRAS CONSIDERAÇÕES

No artigo 16 o Projeto abre, data vênua, um precedente verdadeiramente discricionário, porque fere disposições da classificação dos serventuários e até de suas próprias garantias constitucionais. A extinção do Ofício de Registro Civil de Casamento, acumulação das funções de Escritania de Execuções Criminais e Corregedoria dos Presídios, evidentemente não poderá prejudicar o seu ilustre titular. Porém, a opção deste terá que realizar-se dentro das condições a que está classificando como serventuário, ou seja do foro extra-judicial.

Opinamos pois pela aprovação do Projeto 143/75, recomendando, no entanto, sejam discutidas, apreciadas as emendas propostas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1975.

a- ACCIOLY NETO – Presidente

a) NILSO SGUAREZI – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA Nº 04

AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

O Arquivo e Acervo do ofício de Registro Civil de Casamento, do Distrito da sede de Curitiba, ficará em depósito no 1º Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Óbitos e de Casamento.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1975.

a) IVAN RUPPEL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições e na forma regimental propõe a seguinte

EMENDA Nº 09

Ao Projeto de Lei nº 143/75, de divisão e de Organização Judiciária do Estado do Paraná.

Art. 1º – Suprima-se a letra “u” do Art. 11, na parte que diz que fica criado 1 (um) ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

aa) FABIANO BRAGA CORTES

WERNER WANDERER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA Nº 11

AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

Suprima-se do artigo 11, inciso II, letra “g”.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1975.

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições e na forma regimental propõe a seguinte

EMENDA Nº 13

Ao Projeto de Lei nº 143/75, de Divisão e de Organização Judiciária do Estado do Paraná.

Art. 1º – Suprima-se a letra “i” e “q” do Art. 11 que cria os Tabelionatos de Notas dos Municípios de Laranjeiras do Sul e Ivaiporã, respectivamente.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS

a) TRAJANO BASTOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA Nº 15

AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

Suprima-se no artigo 11, item 11, a letra H.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA Nº 17

AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

Suprima-se no artigo 11, item II, a letra J.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA Nº 18

AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

Suprima-se no Artigo 20, a expressão Paranaíba, bem como as delimitações, constante do Anexo I.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA Nº 19

AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

1 – No item 11, do artigo nº 11, do Projeto de Lei número 143/75, fica suprimida a letra “A”.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1975.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA Nº 20

AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

1 – No item II, do artigo 11, do Projeto de Lei número 143/75, fica suprimida a letra “R”.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1975.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA Nº 21

AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

Suprima-se o artigo 16.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

1 – A Mensagem Governamental 89/75, com vistas a nova Divisão Judiciária do Estado do Paraná, objetiva a Criação de Cargos nos quadros correspondentes dos serviços da Justiça do Estado, a vigorar a partir de 01 de janeiro de 1976.

2 – A Douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o projeto concluiu pela sua aprovação por considerá-lo constitucional.

3 – Quanto as emendas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça e nesta Comissão em número de 25 muitas delas diferem da atribuição do Poder Legislativo nessa matéria conforme Constituição Federal, art. 115, item II e artigo 144 § 5º da Constituição Federal.

Quanto às emendas supressivas todas com referência aos Cartórios extrajudiciais, tirando em alguns casos a oportunidade de opção aos que procuram o cartório para lavratura de atos. Uma vez que cabe ao Poder Judiciário aprovar a Organização



Judiciária onde regulamenta toda a função da Justiça, para que não haja divergência da Divisão Judiciária deve ser acatado a proposta original do projeto.

4 — Quanto ao aspecto financeiro, competência desta Comissão para se pronunciar, nada vemos que impeça sua aprovação pelo que opinamos favoravelmente ao projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) GILBERTO CARVALHO — Relator

#### EMENDA Nº 23 AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

Suprima-se do artigo 11, inciso II, a letra "s".

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça de Emenda Supressiva da letra "r", inciso II, do artigo 11 do Projeto de Lei nº 143/75, e rejeição de idêntica pretensão com relação a município de menor expressão demográfica, vimos com a presente Emenda procurar a equidade necessária.

#### EMENDA Nº 24 AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

Acrescente-se onde couber:

"Art. .... — Para todos efeitos legais, aos magistrados será computado, até o máximo de cinco (5) anos, o tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral do Estado do Paraná, excluído o período de dois (2) anos obrigatório, fixado em Lei".

Sala das Sessões, em de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO

ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado, na impossibilidade de criar quadros novos, onerosos e de difícil seleção, resolveu entregar a função eleitoral às Justiças Estaduais.

Os Juízes, assoberbados com os trabalhos ordinários, acumulam-nos com os extraordinários eleitorais, evitando prejudicar qualquer deles, mediante cota de sacrifício que os magistrados pagam em favor do interesse supremo da coletividade.

Coube às Justiças Estaduais o gravame da cumulação de função. Todos aqueles que foram e são onerados com esse encargo sabem do sacrifício que representa esse desempenho cumulativo, recebendo, como contra-prestação, irrisória gratificação que nada representa nos seus orçamentos.

Ciente desse esforço quotidiano, alguns governos estaduais interessados no sentido de compensar os juízes, resolveram contemplá-los com um benefício legal, fazendo contar, cumulativamente com o tempo de serviço prestado na Justiça do Estado, o exercício efetivamente na Justiça Eleitoral.

Nesse sentido, a Lei 768/65, do Estado do Mato Grosso e a recente Lei 2280/73, do Estado da Guanabara, hoje Estado do Rio de Janeiro, que assim procederam, limitando a contagem de cinco (5) anos.

Entende-se essa orientação porque os próprios Estados são os maiores interessados no reconhecimento desse sacrifício e aventam solução digna e honrosa como uma compensação à altura.

Por isso a Emenda que ora apresentamos.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

Matéria de alta relevância e complexidade, mereceria desta Comissão de Recursos Humanos, um estudo mais aprofundado, mas, diante da impossibilidade que o tempo se nos oferece e tendo em vista que na Comissão de Constituição e Justiça, a mesma houve por bem subsidiar-se de opiniões de membros da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Paraná — e da Associação dos Serventuários da Justiça, outrossim, a mesma matéria já apreciada e aprovada pelo Colendo Tribunal Pleno, cuja competência não pode sofrer modificações, entendemos que o Projeto em seu inteiro teor visa descentralizar a Justiça, acabar com a lentidão da mesma, interiorizando-a a fim de que constitua-se em evidentes benefícios às populações e municípios que serão contemplados com tais medidas como por exemplo: criação de Escrivanias do Crime, Civil e Menores, inclusive com auxiliares de Cartório e Oficiais de Justiça. Acreditamos também que a reforma aqui proposta venha a dar melhoria às Leis processuais e nos serviços da própria Justiça. Pelo aqui exposto esta Comissão de Recursos Humanos é favorável ao Projeto originário do Poder Executivo e CONTRÁRIO à Emenda nº 9, que deve ser suprimida do bojo deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS — Presidente e Relator

— Em discussão o Projeto de Lei nº 143/75, e as emendas:

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista que a primeira discussão diz respeito a constitucionalidade, e em face de um parecer da Comissão de Constituição e Justiça que precisa ser esclarecido, é que pretendo discutir o presente projeto de lei.

O projeto originário retornou ao Governo para fazer um reparo no seu art. 5º. Por fim veio ter a esta Assembléia que, após acurados exames do seu articulador, concluiu o mesmo por acatar o projeto com algumas emendas.

Naquela oportunidade, foi submetida à douda Comissão de Constituição e Justiça uma emenda que procura corrigir, acredito eu, mera inadvertência, porquanto o projeto estabelece um critério e a própria Lei é de Divisão e Organização Judiciária do Paraná.

A minha cidade de orgiem, antigamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era cortada, ultrapassada pela BR-277. Com o crescimento espantoso e equacionado, tanto no aspecto demográfico como urbanístico, da cidade de Cascavel, houve um desvio do projeto original daquela rodovia e por conseguinte a BR-277, se desviou do Centro urbano de Cascavel.

O Tribunal de Justiça, por vozes confessadas daquele Poder, entendeu que do projeto original não teria havido mudança. Por isto estabeleceu, num de seus artigos, a divisão do registro de imóveis, para efeito da competência da circunscrição imobiliária, estabeleceu o critério de divisão pela rodovia. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para fazer prova, trago a esta tribuna o exemplar do mapa do município de Cascavel, que exibo daqui, para que todos verifiquem e vejam que a divisão circunscricional do registro haveria de ser feita consoante a Emenda nº 6, rejeitada, pelo menos formalmente, pela Comissão de Constituição e Justiça.

Estabelece ela, um critério de justiça, já que se fala em justiça, o critério da divisão racional dos registros imobiliários. Falo não de cátedra, mas com insenção absoluta de ânimos, porque, se permanecer o texto do projeto que esta Casa dele conheceu, haveria uma discrepância e uma aviltada injustiça para com um dos eventuais titulares, que tomaria parte de uma

parcela do município, de pouquíssimo e baixo movimento, e não participaria dos registros de loteamentos urbanos da cidade de Cascavel.

Por esta razão, invoco o bom senso e o alto espírito de justiça daquela Comissão, que, segundo declarações do próprio Presidente, Deputado Accioly Neto, e de outros Srs. Deputados que a compõem, teria ocorrido eventualmente uma inadvertência no colocar "aprovada a emenda", se consignou nela — e aqui está a prova — "rejeitada".

Por esta razão, diz ela o seguinte: (Lê):

"Substitua-se a alínea A, B e C da parte inicial do anexo I, que trata da delimitação territorial das circunscrições imobiliárias de Cascavel, pelo seguinte:

Delimitação territorial das circunscrições imobiliária da Comarca de Cascavel:

a) 1º Ofício à circunscrição territorial, e 1º Ofício de Registro de Imóveis abrangendo o município de Cascavel, território situado à direita da linha que segue pela Rodovia Federal BR-277 no sentido Curitiba-Foz do Iguaçu, até encontrar a Avenida Brasil, seguindo por esta até a Avenida Foz do Iguaçu, pela qual retorna à BR-277, continuando por esta até o limite do município.

b) O 2º Ofício à circunscrição...

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, para que o orador possa ser ouvido pela Casa e pelo plenário.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço Sr. Presidente, porque era justamente este o motivo pelo qual eu levantei uma Questão de Ordem, isto é, para ser assegurado ao orador, o exercício do seu direito, nesta Casa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço à Presidência e a intervenção do Líder da nossa bancada, ao qual eu presto uma homenagem de agradecimento também.

Mas, Sr. Presidente, eu dizia: (Prossegue a leitura):

"2º Ofício à circunscrição territorial do 2º Ofício de Registro de Imóveis, abrangendo, no citado município, ao território situado à esquerda da linha divisória retro mencionada.

c) 3º Ofício à circunscrição do 3º Ofício de Registro de Imóveis, abrangendo o território dos municípios de Catanduvas do Sul e Capitão Leônidas Marques, abrangendo seus respectivos distritos".

Pela justificativa, Sr. Presidente, se deduz que os motivos são diversos, de diversas interpretações. É possível que tenha havido equívoco, de como a douta Comissão de Organização Judiciária ao adotar apenas a BR-277 como linha divisória na delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de Cascavel, provavelmente com base no antigo mapa do perímetro urbano, pois a referida via foi inicialmente traçada — eu chamo a atenção dos nobres pares deste Poder para atentarem para os detalhes, que é de suma importância inclusive para a própria Justiça do Estado do Paraná e para o douto Foro Extrajudicial — que, a Rodovia BR-277 efetivamente passava pelo centro de Cascavel, e o seu plano original era este, daí até porque, a Avenida Brasil de Cascavel é uma das maiores do mundo, a razão precípua da sua largura é isso. Então, está aí a razão principal.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Já concedo e peço que me permita prosseguir para não perder o raciocínio. Então, me parece, sob o ponto de vista constitucional, estudado com cuidado, com carinho e inclusive levado esse entendimento à egrégia Corte de Justiça do Estado, houve também alguns entendimentos com alguns desembargadores com quem eu tive um diálogo e o entendimento era realmente este, o correspondente a esta emenda e quer nos parecer, houve um lapso da Comissão

de Constituição e Justiça ao declarar a inconstitucionalidade da matéria, posto que ela não modifica, nem a competência deste nem daquele Poder, apenas delinea o mesmo raciocínio que o mapa anterior do município de Cascavel espelhava e o mapa atual não consta que seria esta a melhor divisão para se fazer justiça com os Cartórios. Acontece que a rodovia não obedece o seu traçado inicial. Eu dizia e a intenção de todo cavelense era que dirigisse da parte central da cidade e daí se conclui que a intenção até dos doutos magistrados era a de dotar como linha divisória além da BR-277, a Avenida Brasil e Foz do Iguaçu, pelo seu traçado antigo e primitivo, as quais, erroneamente, quase sempre foi indicado como parte integrante daquele trecho de estrada. Por outro lado, ao se insistir na criação do projeto, esta Casa laborou em lamentável erro, incorrigível, injusta, já que outorgara praticamente toda circunscrição imobiliária da área urbana de Cascavel, a um dos ofícios, em prejuízo do outro. Daí o encaminhamento que houve manifesto engano ou inadvertência na especificação das linhas divisórias quanto à letra C da renovação, parece-nos a mais elucidativa, evitando assim dúvidas que possam trazer incertezas. Concedo o aparte ao nobre Deputado Accioly Neto, que me havia pedido anteriormente e depois concederei a V. Exa., com muito prazer.

O SR. ACCIOLY NETO — Deputado Fidelcino Tolentino, em parte, havia solicitado o aparte para, através dele, encaminhar à Mesa um requerimento solicitando que a votação do Projeto de Lei nº 143/75 e as emendas, devem ser feitas através o processo nominal, mas, aproveitando a oportunidade, eu queria reiterar a V. Exa. o que particularmente já disse com referência à emenda sobre a qual abordarei neste momento, da tribuna.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É só para assegurar a V.

Exa. a audiência de toda esta Assembléia, atentar para este detalhe que V. Exa. vai esclarecer e acredito que vai servir de elucidação para efeito de votação e peço se assegure o pleno exercício da palavra, para que ela seja ouvida e que é de grande importância.

O SR. ACCIOLY NETO — Exato. Realmente, no computo da votação houve equívoco no lançamento do resultado, esta é a emenda de V. Exa. que teve parecer favorável do Relator, parecer este que foi acompanhado pelos demais membros da Comissão de Constituição e Justiça. Houve apenas um equívoco que em vez de se colocar na emenda a palavra aprovado, foi feita a colocação da palavra rejeitada. Eu quero afirmar que voto a favor da emenda.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a V. Exa. Era o esclarecimento, para efeito de deliberação do plenário, porque, realmente, confessou o Deputado Accioly Neto que houve aqui "mera inadvertência".

Acredito que posso cognominá-la de "mera inadvertência" porque o exaustivo trabalho da Comissão de Constituição e Justiça teria, lamentavelmente apostado aqui a palavra "rejeitada" quando deveria ser aprovada.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Tão somente para testemunhar, colaborando com V. Exa. de que realmente o egrégio Tribunal de Justiça, pela sua mais alta Corte, quando dispõe sobre delimitação de divisas, ele tem usado como norma e isto ocorre em Pato Branco — o uso de determinada avenida, não se atendo a perímetro urbano de uma cidade. No caso de Pato Branco o 1º Ofício é delimitado do 2º, com início e término, por exemplo, na Avenida Tupi. É dividido o município em duas fatias, tomando-se por base uma determinada rua. Não sei se é uma praxe prática, mas é a que se tem usado. Às vezes com algum prejuízo para moradores da cidade.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Seria o caso que ocorre com a minha defesa.

Acho que o Legislativo tem a missão de legislar sobre a matéria e corroborar com o espírito daquela Corte e implantar a verdadeira Justiça no Estado. Que estabeleça, então, este critério que é o que vem estribado na razão, no bom senso e na ponderação por todos reconhecida. O próprio Tribunal reconhece isto, e digo porque conversei com eminentes desembargadores daquele egrégio Tribunal.

Agradeço o que V. Exa. vem dizer e também o que disse o Deputado Accioly Neto.

O SR. PRESIDENTE — A mesa adverte que a emenda tendo sido rejeitada na Comissão não está no bojo para ser apreciada hoje. Para ser apreciada há necessidade de requerimento com assinaturas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O Presidente da Comissão acaba de declarar que houve apenas uma inadvertência na colocação do termo. Em vez de aprovado, foi colocado rejeitado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, lamentavelmente...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. está falando pela ordem, ou está dando aparte?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pedi a palavra, pela ordem, para apartear V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Tem o aparte.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Lamentavelmente, tenho a impressão de que quem laborou em equívoco foi o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, porque a emenda realmente foi rejeitada.

Era o adendo que queria fazer para que não se estabelecesse um equívoco irremediável. Realmente a sua emenda foi rejeitada. Não houve o pretenso equívoco a que aduziu o nobre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Accioly Neto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para não polemizar a matéria, vou preferir, de modo paciente, adequado e legal, para esgotar o assunto e remediando a questão, apresentar uma emenda solicitando as assinaturas competentes.

Aceitando a sugestão do Presidente Paulo Camargo, requeiro a S. Exa. a acolhida tempestiva desta emenda, porque desde que ela foi rejeitada pela Comissão me parece "a priori" que ela pode ser louvada ou rejeitada pelo plenário. Mas eu preferiria deixar o requerimento para que ela fosse apresentada amanhã através das assinaturas competentes.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

— (É encaminhado o seguinte requerimento):

"Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, votação nominal para o Projeto de Lei nº 143/75, e emendas que lhe foram oferecidas.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO".

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o projeto e as emendas.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Accioly Neto, que requer votação final para o Projeto de Lei nº 143/75.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Sr. Presidente. As emendas podem ser reapresentadas?

O SR. PRESIDENTE — No plenário não.

As emendas rejeitadas nas Comissões, podem ser reapresentadas no Plenário, contanto que tenham 18 assinaturas no mínimo.

Em votação o requerimento de autoria do Deputado Accioly Neto. Requer votação final para o Projeto de Lei núme-

ro 143/75. — APROVADO.

O SR. IVO THOMAZONI — (pela ordem). Sr. Presidente, quero indagar de V. Exa. se a votação nominal se refere ao projeto e também às emendas?

O SR. PRESIDENTE — Se refere às emendas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem). Sr. Presidente. Eu indagara de V. Exa., eu estou colhendo as assinaturas, a minha emenda ficaria excluída, no caso? Eu digo se ela não for votada agora.

O SR. PRESIDENTE — Não será excluída, será votado primeiro o projeto.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. informasse se colocará somente o projeto em votação nominal, ou as emendas também?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Votação nominal para o Projeto e emendas. Não vejo como desdobrar o requerimento.

Continua em votação o requerimento.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não nos parece que a votação das emendas possa — para que se verifique a sua aprovação e a constatação das responsabilidades ser nominal.

Entendemos que o projeto se é uma pretensão do ilustre Deputado assinalar, configurar, o quorum existente, também merece a nossa concordância.

Mas, quanto às emendas — não é pelo fato de que este Deputado seja contrário às emendas, todas elas dizem respeito à supressão de criação de cartórios, exceção de uma que evoca um artigo do projeto. Mas, entendemos que a responsabilidade de cada um é definida publicamente. E pretendemos definir a nossa responsabilidade, através de declaração de voto que faremos por escrito.

Porisso, conclamamos, os Companheiros de bancada estão liberados, todos eles, não só pelo Partido, mas como pela Liderança, de qualquer compromisso, no sentido de votar. A votação é em aberto dentro da bancada do MDB. Mas, conclamo para que não percamos um tempo precioso, com uma votação que entendemos plenamente desnecessária, que seria a votação nominal das emendas.

Podemos concordar votação nominal para o projeto.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. apresente uma sub-emenda.

O SR. MUGGIATI FILHO — Concorde com a votação nominal do projeto, mas entendemos que a votação nominal das emendas, desnecessária.

Data vênica, e sem embargo o respeito que nos merece o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa aguarda que V. Exa. encaminhe a sub-emenda.

— (É encaminhado o seguinte requerimento).

"Senhor Presidente.

No requerimento Sr. Deputado Accioly Neto, suprima-se, da votação nominal requerida, a votação das emendas pela forma nominal.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO"

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o requerimento Accioly Neto, ressaltando a emenda ao requerimento, do Deputado Muggiati Filho.

Em votação o requerimento Accioly Neto. — REJEITADO. — Em votação o requerimento do Deputado Muggiati Filho. — APROVADO.

De acordo com a votação do plenário, será votado nominalmente apenas o Projeto, não as emendas.

Em votação o Projeto de Lei nº 143/75.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença no encaminhamento da votação nesta tribuna, principalmente quando se inicia a votação deste importante projeto de lei com vistas ao novo código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, objetivando criar cargos que especifica nos quadros correspondentes dos serviços da Justiça do Estado, é para definir a posição de nossa bancada.

A matéria é considerada pela bancada do MDB como questão aberta. Trata-se, realmente, de uma matéria que não somente o Partido, mas nem mesmo a liderança poderia, em relação a qualquer um de seus aspectos, invocar dispositivo de lei para fechar questão.

Portanto, a minha opinião neste momento, não é a opinião que tantas vezes tive a honra de proferir em nome da minha bancada. Não é a opinião da bancada do MDB, é a opinião de um membro do Poder Legislativo, é a opinião de um legislador.

Gostaria de fazer neste encaminhamento uma observação, e esta observação dis respeito àquilo que nós pudemos sentir no próprio plenário desta Casa hoje, há instantes, para melhor dizer agora.

Não se diga, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que pode haver qualquer diminuição do Poder Legislativo quando se afirma que a matéria é da esfera do Poder Judiciário. O Poder Judiciário pela Constituição, veja-se aí o ponto mais importante de tudo isto, não considera isto, doutrinariamente na atual Constituição, uma inconstitucionalidade. As Constituições democráticas, estas principalmente, consagram a independência e a harmonia dos Poderes.

Nesta melhor doutrina parece fácil concluir aquilo que pretendemos reiterar numa declaração escrita de voto. Se o Poder Judiciário tem poderes para elaborar ele próprio a sua Organização e Divisão Judiciária e se para o que ele precisa de dinheiro público para a implantação dos cargos que pretende criar, aqueles que exigem do erário a sua manutenção, parece-me implícito que o aspecto sobre o qual deve o projeto tramitar nesta Casa é puramente para a formalização da lei ou seja a de que se caso for, o Poder Legislativo possa evitar uma inconstitucionalidade ou um defeito na lei formal.

Parece-nos, entendemos, que se já está aprovado como realmente está, o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado, e cabe ao Poder Legislativo como consequência, pelo encaminhamento constitucional, aprovar ou rejeitar a mensagem que veio por intermédio do Poder Executivo que por sua vez já a referendou, ao que nos consta, sem nenhuma observação, e observações feitas foram levadas ao Poder Judiciário, com o retorno deste projeto, cabe-nos examinar o que existe de inconstitucional e ilegal na pretensão do Projeto. Nós entendemos que realmente é e profundo, o exame feito com relação ao artigo 16 do projeto. Parece-nos que talvez tenha escapado, como seria mesmo normal, que escapasse uma pretensão defendida pela própria Constituição, que estabelece uma norma contrária à pretendida pelo artigo 16, quando abre uma oportunidade de escolha indiscriminada a um Serventuário da Justiça.

Parece-nos, à primeira vista, que realmente o artigo 16 pode criar uma injustiça; por outro lado, uma Emenda de caráter mais administrativo, que não diz respeito ao Projeto em si, oferecida pelo Deputado Accioly Neto, elevando para 5 anos o máximo que poderá ser computado em caso de aposentadoria para juizes que prestem serviços à Justiça Eleitoral, parece-me justa também, esta emenda, em relação daquilo que nós observamos nas atividades judiciárias e eleitorais.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendermos que

o acerto com relação ao Poder Legislativo está justamente em não mutilar aquilo que já é lei, pois, está consubstanciado num Código, negando até, poder-se-ia dizer com certa discriminação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador, que está esgotado o tempo para discussão. Concedo mais um minuto para conclusão de sua oração.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado.

Sr. Presidente, nestas condições, nós, sem embargo do respeito que tributamos aos autores, aos ilustrados autores das emendas apresentadas, entendemos que, serenamente, esta Casa deverá prestigiar a si própria, mantendo acima de tudo o princípio de harmonia e de independência entre os Poderes constituídos, no momento, por força de uma Constituição, aqueles que representam legitimamente o Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — concinua em discussão. Com a palavra o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos tempos o Ato Institucional nº 5 e a Constituição têm sido o prato do dia dos políticos brasileiros. Mais uma vez, na discussão de criação de cargos, vemos a diminuição do Poder Legislativo e o ilustre líder do MDB afirmava há pouco desta tribuna que nós somos um Poder Formal. Não passamos disso. Todos nós estamos discutindo as emendas, negociando emendas, mas estamos esquecendo de ler o brilhante parecer dado pelo ilustre deputado Nilso Sguarezi, que teve a oportunidade de acompanhar e que passou mais de 15 dias o elaborando.

“Data vênha” dos Srs. Deputados, gostaria de ler alguns tópicos deste parecer. Este Poder só pode referendar e, digo mais, quem pode o mais pode o menos, é regra de Direito. Portanto, quem pode criar cartórios, poderia também criar o cargo. Temos nós somente o direito de extinguir cargos propostos. É formalidade, pois se os Srs. Desembargadores, se o Poder Judiciário pode organizar, porque não criar os cargos? Mas, vejamos como é que vai o respeito para com este Poder.

A Comissão de Constituição e Justiça, a pedido do relator, do Tribunal de Justiça, o Projeto de Lei da Organização Judiciária. Eias a manifestação do relator sobre a resposta enviada à Comissão: “Lamentável, que a Casa não auriisse os elevados ensinamentos e conhecimentos dos insígnies magistrados do Poder Judiciário que, respondendo ao convite para que fornecessem a todos maiores dados à Assembléia, esclareceram estarem impossibilitados por entenderem que o Código de Organização e Divisão Judiciária já foi apreciado e aprovado pelo colendo Tribunal Pleno, cuja competência é deferida pela Constituição Federal, regulada pela Lei 5621.” Não discutimos a autoridade dos Srs. Desembargadores, é claro e constitucional, mas vejamos aí o problema que cria uma Constituição que nos foi imposta, Constituição que não passou pelo crivo de uma Assembléia, de um Congresso. Constituição, no caso paranaense, inclusive que se encontra “sub-judice”... no Supremo Tribunal Federal.

Lembro que a representação do MDB na Legislatura passada contestou judicialmente a Constituição paranaense.

Mas, Srs. Deputados, eis mais o que diz o nobre relator: “Ante a negativa, solicitamos para informação deste Poder e com a precípua finalidade de não conflitarmos com competência do Judiciário, nos fosse enviado o novo Código, como se deprende, já apreciado e votado pelo Tribunal Pleno”.

“Sentimo-nos, todavia, privados desta consulta, por não termos recebido aquele Código. A verdade é que a Mensagem, que importa em aumento de mais de 20 milhões de cruzeiros, chegou à Assembléia Legislativa despida de qualquer justificativa por parte do Executivo ou do Judiciário para que se encontrem razões para a aprovação”.

Permitisse o Regimento Interno da Casa e meu voto seria

abstenção porque não vejo condições de se aprovar alguma coisa sem justificativa.

Revoltado por ver transformada esta Casa num verdadeiro mercado, e todos nós a mercadejar, uns procurando extinguir, outros pretendendo a permanência de cargos, creio não ser esta uma discussão digna de homens que estão aqui para representar o povo.

O Parecer do ilustre Deputado Nilso Sguarezi, diz mais. Entra em detalhes, pois foi assediado durante quinze dias, por magnatas de Cartórios de Protesto; foi assediado por pequenos cartórios, com medo de que se dividisse ou criasse novos Cartórios e sua renda diminuísse.

Está na hora de gritarmos daqui: vamos estatizar os Cartórios deste País, para acabar com esta verdadeira barafunda.

Entre as alegações que pediam a não criação de mais Cartórios de Protesto em Curitiba, uma delas é que isto viria a dificultar a vida do cidadão, do homem que mora lá no Portão ou lá na Barreirinha e que teria que tirar quatro certidões negativas para poder comprar um automóvel ou para abrir um crédito numa loja. Vejam, Srs. Deputados, que a própria lei não diz isto. Bastaria a certidão do distribuidor. Mas eu, advogado não sendo, fui informado que as financeiras não aceitam a certidão do distribuidor. Que lei é esta? Se é da lei aceitar, por que não se obriga a sua aceitação? Para que fazer leis, se não são respeitadas?

E o ilustre relator continua em seu parecer: "No artigo 16 existe uma excrecência que todo o Paraná está conhecendo. Está se criando um Cartório com preterminação de seu titular contrariando a Constituição"

É isto que nos resvolta neste momento, quando vemos aqui uma verdadeira batalha, batalha inglória, porque para os outros ficam as glórias e para nós ficam os ônus.

(Revisado pelo orador).

O SR. PRESIDENTE — Emenda 04, de Plenário, tendo sido rejeitada na Comissão de Finanças, com número regimental de assinaturas, que será lida pelo Sr. 2º Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Emenda de autoria do Sr. Luiz Roberto Soares. (Lê a emenda).

O SR. PRESIDENTE — Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda número 4, de autoria do Sr. Luiz Roberto Soares, rejeitada na Comissão de Finanças. Os Srs. Deputados que aprova m, queiram levantar-se. A Mesa pede aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, pois se continuam a movimentar-se, dificulta a contagem do resultado da votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. 32 Srs. Deputados aprovam a emenda. — APROVADA.

A Mesa quer alertar os Srs. Deputados que a sessão de sábado será realizada na hora regimental, com 48 horas de interstício exigido pelo regimento.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, acabo de concluir um requerimento subscrito por 1/3 dos Srs. Deputados onde peço a retificação da votação efetuada na letra H, artigo 11 com referência à votação da Assembléia para que injustiças não fosse cometidas em projeto de tamanha importância, tratando-se de Jacarezinho que não comporta a instalação de novo cartório. E como medida de justiça pediria que V. Exa. colocasse o requerimento em votação, pedindo a retificação da emenda.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não tem regimental, forma nenhuma de receber o requerimento, porque a matéria é vencida, não tem condições a Mesa de colocar em votação por mais que seja justo.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era justo que V. Exa., Sr. Presidente, iniciasse o colhimento dos votos, sem que houvesse da parte da liderança

da ARENA, um posicionamento.

E devo como líder do Governo situar S. Exa. o Sr. Governador Jayme CANET Junior, neste episódio para dizer que S. Exa. ao referendar o Anteprojeto de Lei, oriundo do egrégio Tribunal de Justiça, ao remetê-lo a esta Casa, validou aquela propositura.

Mas como nesta Casa, Sr. Presidente, estão os homens que verdadeiramente conhecem os problemas locais das comunidades que cada um representa, e portanto, mercê do próprio exercício da função, sujeitos às incursões das populações, das autoridades e do povo por eles aqui representados, não é surpresa para ninguém que se tenha pretendido inserir no bojo desta matéria, através de emendas apresentadas nas Comissões Técnicas, proposições que poderão alterar alguns artigos nela contidos. E quando S. Exa. o Sr. Governador do Estado, não se fixou no episódio da votação e não solicitou na liderança, que conduzisse a votação, a favor ou contra, às emendas, cuja validade é discutível, pretende a liderança da ARENA e do Governo, declarar que estão abertas para toda e qualquer matéria apresentada.

Em assim fazendo, pretende a liderança respeitar o Deputado subscritor das emendas. E na sua votação, no seu comportamento pessoal, o líder pretende votar de acordo com o pensamento do Deputado representante do município interessado. Não poderia ser outra a minha posição, sob pena de desprestigiar companheiros, quando a matéria é objeto de interpretação litigiosa.

E ao fazer esta declaração, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendo significar o respeito que devota a Liderança a cada um, não circunscrita ao seu município. Mas, principalmente pelo prestigiamto que se pretende dar ao Deputado que deve, nesta Casa, ter o reconhecimento nosso, como legítimo intérprete davontade de sua coletividade.

Porque, só assim, eu estaria, realmente, me posicionando a favor da bancada e nunca contra membros de minha bancada.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). — Em discussão o projeto. Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, eminentes Deputados.

Sou compelido a usar da tribuna na condição de relator da matéria, na CCJ, cujo parecer foi unanimemente aprovado.

E o faço para esclarecer à Casa que os componentes da CCJ., que a essa Comissão, ao exame propriamente dito da constitucionalidade dos projetos.

Data vênha, quero discordar de um tópico do Parecer da Comissão de Finanças, quando entrou em seara alheia ao emitir opinião sobre a competência da CCJ.

O parecer da Comissão de Finanças, quanto à sua competência exclusiva, ela mesma reconhece que nada tem a acrescentar ao projeto. Se esta praxe se estabelecer, Sr. Presidente, de uma comissão passar à competência de outra, teremos as maiores incongruências, as maiores incoerências, nesta Casa.

E me permito, Sr. Presidente, dizer que o assunto é realmente grave. Mas, com todo o respeito que me merece o eminente Deputado Gilberto Carvalho, acredito que S. Exa. deveria ter sido dado por suspeito para opinar nesta matéria, porque S. Exa. na condição de Serventuário da Justiça, poderia ser favorecido pessoalmente com a decisão da Casa.

Sr. Presidente, efetivamente, fiquei 30 dias com esta matéria em mãos, aguardando do Tribunal de justiça, melhores subsídios, para que pudéssemos fazer uma apreciação correta e talvez chegar ao mesmo entendimento do ilustre Deputado Muggiati Filho que defende a tese da harmonia de poderes. Todavia, também não posso me calar, porque entendo que harmonia é respeito mútuo. E esta Casa, pelo ofício que tenho em mãos e requeiro ao Sr. Presidente, conste do projeto inicial, porque

não consta ainda, fique nos arquivos da Casa, a insolência — me perdoe o Poder Judiciário — que está vasada num ofício que enviou a esta Casa para que amanhã fiquem delimitadas as responsabilidades.

Aguardamos que nos fosse enviado o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Paraná, que é competência exclusiva do Tribunal de Justiça e isso deixamos bem claro no nosso parecer. E nosso parecer é no sentido da aprovação, por ser realmente da competência do Poder Judiciário, porém, quanto à criação de cargos e funções, também nos preocupamos e deixamos fixado no nosso parecer, que esta Casa tem competência e essa competência se infere da leitura do texto constitucional, tanto Federal como Estadual.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mensagem tem algumas contradições, que não apresentei no meu parecer, para, talvez, não apresentar uma espécie de conflito com o Tribunal.

A mensagem no seu artigo 14, — que vai ser aprovado por esta Casa e que a Casa não tem competência para aprovar, diga-se a verdade — se está pedindo a esta Casa que resolva um problema interno criado pelo próprio Tribunal. Artigo 14 — “Fica desanexado do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá, o Ofício de Registro de Títulos e Documentos, exercido cumulativamente, passando as referidas atribuições à competência do Ofício já existente de Registro de Títulos e Documento”.

Esse artigo é para alterar a última Organização Judiciária do Estado; tenho em mãos a última, de 1970 e essa Organização, no seu anexo 4, que trata desses Cartórios de Maringá, no seu item 2º, diz o seguinte: “A sede das comarcas de Maringá e Londrina: a) quatro Tabelionatos de Notas; b) três Ofícios de Registro de Imóvel; c) dois ofícios de Registro de Títulos e Documentos, acumulando o de Registro de Pessoas Jurídicas”.

Portanto, quando foram criados esses Cartórios, não estavam acumulados. O de Registro de Imóveis, não estava acumulado com registro de Títulos e Documentos. Essa acumulação foi feita por ato administrativo do Tribunal e só ele é competente para desanexar, e não esta Casa.

Quer me parecer também irregular o fato de que o projeto eleva de categoria “as comarcas de Araucária, Assis Chateaubriand, Bela Vista do Paraíso, Goioerê, Guaíra, Laranjeiras do Sul, Rolândia e Toledo”.

Muito justa a elevação de categoria, mas pela última Organização Judiciária, deverão baixar de categoria as comarcas de Palmas, Lapa, Rio Negro e outras, porque estão supridas por juízes de categoria inferior, e quando vagarem serão rebaixados. Então, a Assembléia é apenas competente para elevar de categoria, ou seja competente também para baixar de categoria?

Tudo isso criou uma dificuldade terrível para que a Casa se situasse perfeitamente, tendo em vista que não foi remetido a esta Casa, e aí está o sentimento desta Casa, que é não ter recebido do Tribunal o respeito que merece. Se o Código foi votado por que não enviar?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Quero informar ao nobre Deputado que o Código foi votado pelo Tribunal e foi enviado à Assembléia há 48 horas, quando terminou a votação no Tribunal.

O SR. NILSO SGUAREZI — Diante da informação de V. Exa., Sr. Presidente, entendo que há uma irregularidade nas informações.

Vou ler para a Casa um ofício de 5 de novembro de 1975, assinado pelo Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, Presidente da Comissão que elaborou o Código, o qual está vasado nos seguintes termos:

“Acusando o recebimento do Ofício 112/75, de 30 de outubro do corrente ano, subscrito pelo Deputado Waldenício Barbalho, Presidente em exercício da Comissão de Constituição e Justiça da augusta Assembléia Legislativa, encaminhado a esta

Comissão por Vossa Excelência, cumpre-me comunicar que submetida à devida apreciação foi deliberado o seguinte:

a) O anteprojeto do Código de Organização e Divisão Judiciárias, da elaboração da Comissão, já foi apreciado e aprovado pelo colendo Tribunal Pleno, cujo poder de competência é deferida pela Constituição Federal, regulamentada pela Lei 5621/70, não mais podendo sofrer qualquer modificação.

b) Quanto à ausência de justificativa na Mensagem Governamental, mencionada no segundo tópico da proposição, trata-se de matéria que foge da competência da Comissão.

Sem outro motivo, louvo o ensejo para renovar a Vossa Excelência a segurança do meu elevado apreço e consideração distinta”.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Informo ao nobre Deputado que está esgotado o seu tempo. Entretanto, concedo mais dois minutos para que possa concluir o seu raciocínio.

O SR. NILSO SGUAREZI — Apenas para concluir, Sr. Presidente. Há uma irregularidade ou um ponto obscuro na informação que V. Exa. relatou à Casa, de que a 48 horas foi o novo Código enviado a esta Casa, após ter sido aprovado pelo Tribunal. Assim sendo, não tem procedência o ofício de 05 de novembro de 1975, através do qual temos conhecimento que, há quarenta dias, o Código teria sido aprovado.

Acredito, que com estas ilustrações, os Srs. Deputados estarão em condições de votar o projeto e as emendas que julgarem e entenderem que devam ser aprovadas.

Como relator, acredito apenas que esta Casa tem competência para apresentar emendas desde que não aumentem despesas, uma vez que isto é taxativo nas Constituições Federal e Estadual - (Sem revisão do orador).

O SR. ACCIOLY NETO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em relação ao Projeto de Lei 143/75, que dispõe sobre a criação de cargos para o exercício de novas funções e a instalação de novas comarcas criadas pelo novo Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, inquestionavelmente o cerne da questão é o da competência da Assembléia na apreciação deste projeto e com relação especialmente ao seu poder de emendas.

Para alguns não tem a Assembléia a competência de emendar este Projeto de Lei, sob o pressuposto de que, oriundo na verdade, do Poder Judiciário, ele, o projeto, representa uma manifestação de vontade de um Poder, que não pode ser modificada nem sequer parcialmente, sob pena de ficar comprometida seriamente a independência e a harmonia dos Poderes. Data vênha dos que assim pensam, não me parece absolutamente correta esta interpretação no que se refere ao poder da Assembléia de emendar projetos desta natureza; ao contrário, resulta cristalina, do próprio texto constitucional que, se Assembléia tem o poder de apreciar que é o poder maior, ela tem, evidentemente, o poder menor que é o poder de emendar.

Pelo texto constitucional, fica vedado tão somente o poder de iniciativa, isto é, de iniciar o processo legislativo. No caso, nós não estamos iniciado o processo legislativo, ele foi desencadeado, tal processo, no exato momento em que o Governador do Estado usando de atribuições constitucionais, encaminhou mensagem contendo anteprojeto de lei oriundo do Poder Judiciário. Mas se enganam ainda aqueles que, interpretando favoravelmente a tese de que se possa emendar o Projeto, que as emendas não devam jamais dispor de forma a aumentar a despesa pública pela criação de cargos. É um ledó engano, na medida em que, quem assim afirma, desconhece por completo o texto da Constituição Federal. A carta Política Nacional não é simplesmente clara, ela é mais do isto. Ela é expressa quando estende ao Congresso Nacional representado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, às Assembléias Legislativas Estaduais, e mais, às



Câmaras Municipais, o poder de emendar, aumentando a despesa pública, projetos que digam respeito à criação de cargos.

Aqueles que ainda duvidam, me permito ler o texto do artigo 108, parágrafo 2º, e parágrafo 4º, da Constituição Federal.

Antes do mais, desejo, ainda que inocuamente, fazer aqui um pequeno esclarecimento: o que de, não só o serventário da justiça mas também os juízes, são funcionários públicos e, por esta razão, por integrarem eles a carreira de funcionário público, aplicam-se-lhes as disposições constantes da Constituição Federal que trata dos funcionários públicos.

O parágrafo 2º do artigo 108 diz exatamente o seguinte: (Lê):

“Os Tribunais Federais e Estaduais, assim como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais somente poderão admitir servidores, mediante concurso de provas, ou provas de títulos, após a criação dos respectivos cargos, por lei aprovada pela maioria absoluta dos membros das Casas Legislativas competentes.

Parágrafo 4º — Aos Projetos de Lei de que trata o parágrafo 2º, somente serão admitidas emendas que, de qualquer forma aumentem as despesas ou o número de cargos previstos, quando, assinados pela metade mínima dos membros das respectivas Casas Legislativas”.

Está aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, claramente, insofismavelmente, a melhor demonstração, retirada de um texto legal, de que nós temos até o poder maior de emendar, este projeto, aumentando a despesa ou aumentando o número de cargos previstos, mas me recorro que não foi assim o procedimento da Assembléia em relação às emendas apresentadas. Ao revés, não se aumentou nem a despesa nem cargos, mas diminuiu-se a despesa e diminuíram-se os cargos e contra isso alguns se insurgem, sob a justificativa que nós estaremos invadindo a competência de um outro Poder. Não há, a meu ver, esta invasão, pois estamos apenas exercitando plenamente o direito assegurado pela Constituição Federal e repetida pela Constituição do Estado, no sentido de que ao Poder Legislativo cabe a apreciação política de todos os projetos de leis que digam respeito ao respectivo Estado e ele, o Poder Legislativo neste momento que é investido nesta função, torna-se o juiz da conveniência da criação de cargos. E este direito que ainda não nos tiraram, e não será agora, na votação deste projeto que irão tirar. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei 143/75, O Sr. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação. Os Srs. Deputados que votarem a favor, devem votar “sim”.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Requeiro a V. Exa. chamada nominal, uma vez que parece, que no plenário não existe o quorum para votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE — Durante a votação do projeto será conferido o quorum.

Os Srs. Deputados que votarem a favor do projeto, ressalvadas as emendas, queiram responder “sim” e os que rejeitarem o projeto, responderão “não”.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Faz a chamada, respondendo:

Gabriel Sampaio - SIM; Deil Ciel, SIM; Aguiinaldo Pereira Lima (não respondeu); Maurício Fruet - SIM; Fidelcino Tolentino (não respondeu); Leopoldo Jacomel - SIM; Accioly Neto - SIM; Adalberto Daros - SIM; Alfredo Gulin (não respondeu); Antonio Facci - SIM; Aragão de Mattos Leão - SIM; Basílio Zanusso - SIM; Dácio Leonel - SIM; David Federmann (não respondeu); Deni Schwartz - SIM; Domício Scaramella - SIM; Edilson Alencar (não respondeu); Egon Pudell - SIM; Enéas Faria - SIM; Ernesto Dal'Oglio - SIM; Ernesto Gnoato - SIM; Ezequias Losso - SIM; Fabiano Braga Cortes (Não respondeu); Francisco Escorsin (não respondeu); Fuad Nacchi - SIM; Gabriel

Manoel - SIM; Gilberto Carvalho (não respondeu); Hélio Mantrinato - SIM; Ivan Rüppel (não respondeu); Ivo Thomazoni - SIM; Jayme Rodrigues Carvalho - SIM; João Cioni Neto - SIM; Jose Domingos Scarpelini - SIM; Jorge Sato - SIM; Jurandir Messias - SIM; Lázaro Dumont (não respondeu); Lineu Turra - SIM; Lúcio Machado - SIM; Luiz Alberto Oliveira (não respondeu); Luiz Carlos Zuk - SIM; Luiz Roberto Soares - SIM; Nelson Buffara (não respondeu); Nilso Sguarezi - SIM; Osvaldo Macedo - (não respondeu); Quielse Crisóstomo - SIM; Muggiati Filho - SIM; Otássio Pereira (não respondeu); Rosário Pitelli - SIM; Trajano Bastos - SIM; Valter Pietrângelo - SIM; Waldenício Barbalho - SIM; Werner Wanderer - SIM e Wilson Fortes (não respondeu).

O SR. PRESIDENTE — Votaram “sim” 39 Deputados. Nenhum votou “não”. — Aprovado o Projeto.

¶ Votação a Emenda nº 4, da Comissão de Constituição e Justiça. Será lida pelo Sr. 2º Secretário.

— (É lida a emenda).

Em votação. — APROVADA.

Votação da Emenda nº 9, da Comissão de Constituição e Justiça. Será lida pelo Sr. 2º Secretário:

— (É lida a emenda).

Será lida a letra U, do artigo 11:

— (É lida a letra U).

Em votação a emenda. Os que votam pela emenda supressiva, queiram levantar-se. — REJEITADA.

Em votação a Emenda nº 11, que será lida pelo Sr. 2º Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Lê a emenda 11.

O SR. PRESIDENTE — A Emenda Supressiva, pretende impedir a criação de mais um tabelionato em Guaíba. Em votação. Trinta Srs. Deputados, aprovam.

A Mesa pretende alertar que existe quorum qualificado para a votação necessária. Está aqui a maioria absoluta da Assembléia. De modo que a Presidência tem por obrigação, conferir a votação.

Em votação a Emenda nº 13, da CCJ, será lida pelo Sr. 2º Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê a Emenda 13).

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

32 Srs. Deputados aprovam.

Em votação a Emenda nº 15, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. 2º Secretário — Lê a Emenda número 15.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que a aprovam queiram levantar-se. — REJEITADA.

Emenda número 17 de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho. O Sr. Secretário lerá a emenda.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Lê a emenda número 17.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. 32 Srs. Deputados aprovam. — APROVADA.

Emenda número 18. O Sr. 2º Secretário lerá a emenda número 18.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Lê a Emenda número 18.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. 21 Srs. Deputados aprovam. — APROVADA.

Emenda número 19, de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. O Sr. Secretário lerá a emenda.

O SR. SECRETÁRIO — Lê a Emenda número 19.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda. 30 Srs. Deputados aprovam a emenda. — APROVADA.

Emenda número 20, emenda supressiva da CCJ. O Sr. Secretário lerá a emenda.

O SR. SECRETÁRIO — Lê a Emenda número 20.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — REJEITADA.

O SR. PRESIDENTE — Emenda supressiva número 21, da CCJ, que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria de levar ao conhecimento da Mesa, com referência à votação da Emenda número 15, letra "b", do artigo 11. Não foi bem anunciada pela Mesa e a Emenda foi dada como rejeitada, contra a vontade dos Srs. Deputados. Pediria uma retificação, porque é falta de justiça criar um novo Cartório na Comarca de Jacarezinho.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Respondendo a questão de ordem, qualquer coisa que se faça agora, não poderá mais alterar o resultado da votação. A Mesa teve o cuidado de por em votação emenda por emenda, e não pode voltar atrás, para por novamente em votação uma emenda que foi tacitamente rejeitada pela Casa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Solicito a V. Exa. que consulte o plenário poderá ele soberano para decidir. O plenário poderá, inclusive, esclarecer que não ouviu e não sentiu a manifestação da Mesa no instante em que anunciava a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Respondendo a questão de ordem, a Mesa esclarece que é matéria vencida, e por mais que queira não pode atender sua questão de ordem nem colocar novamente em votação.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). Sr. Presidente, queria esclarecer a V. Exa. e ao nobre Deputado Lúcio Machado que a Emenda número 15, de autoria do eminente Deputado Gilberto Carvalho, que, quando relatou a matéria na Comissão de Finanças, votou contrariamente à emenda. Portanto, a própria manifestação de vontade do autor, é contrária à emenda.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação a Emenda número 21. Será lida pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Lê a Emenda número 21.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda que acaba de ser lida pelo Sr. Secretário. — APROVADA por 32 Senhores Deputados.

Em votação a Emenda 23 da Comissão de Finanças que será lida pelo Sr. 2º Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Lê a emenda e a justificativa.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda 33 Srs. Deputados aprovam a Emenda.

Em votação a Emenda número 24 da Comissão de Finanças que será lida pelo Sr. 2º Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Lê a emenda número 24.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda. 35 Senhores Deputados APROVAM a emenda.

Emenda número 01, supressiva, REJEITADA pela Comissão de Constituição e Justiça e foi apresentada em plenário, de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, que será lida pelo Sr. 2º Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê a Emenda):

"EMENDA SUPRESSIVA Nº 01 — de Plenário  
AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

No art. 11, inciso I, letra "b", onde se lê: 2 (dois) Ofícios de Protesto de Títulos, com denominação ordinal de 3º e 4º

Leia-se:

1 (um) Ofício de Protesto de Títulos, com denominação ordinal de 3º.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1975.

a) ADALBERTO DAROS

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda. 23 Srs. Deputados aprovam a emenda. — REJEITADA.

Emenda de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça, com 28 assinaturas.

EMENDA Nº 02 — de Plenário  
AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

Inclua-se onde couber:

Ficam criados na Comarca de Iporã, os cargos de:

I — um (1) Escrivão de Menores — nível PJ-28;

II — dois (2) Oficial de Justiça - nível PJ-16.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO.

Esta emenda não pode ser recebida pela Mesa porque não pode ser votada pela Assembléia, desde que não existe na Organização Judiciária do Estado, a nova organização, um outro Ofício de Escrivão de Menores e dois de Oficial de Justiça.

A Mesa não vê como poderá ser votado pela Assembléia, o que não existe na Organização Judiciária do Estado.

A Mesa não tem como receber a Emenda do Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

Considero-a prejudicada.

Emenda número 03, rejeitada pelos Srs. Deputados na Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Sr.

Deputado Fidelcino Tolentino, que foi apresentada com número legal de assinaturas.

Será lida pelo Sr. 2º Secretário. (Lê):

"EMENDA Nº 03  
AO PROJETO DE LEI Nº 143/75

Substitua-se as alíneas "a", b e "c" da parte inicial do anexo I, que trata da delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de Cascavel, pelo seguinte:

"Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de CASCABEL:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício do Registro de Imóveis, abrange, no município de Cascavel, o território situado à direita da linha que segue pela Rodovia Federal denominada BR-277, no sentido Curitiba-Foz do Iguaçu até encontrar a Avenida Brasil, seguindo por esta até a Avenida Foz do Iguaçu, pela qual retorna à rodovia BR-277, continuando por esta até o limite do município.

b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do Registro de Imóveis, abrange, no citado município, o território situado à esquerda da linha divisória retro mencionada.

c) 3º Ofício: A circunscrição territorial do 3º Ofício do Registro de Imóveis, abrange, o território dos municípios de Catanduvas do Sul e Capitão Leônidas Marques, abrangendo seus respectivos distritos.

Curitiba, 03 de dezembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Por motivo de diversas interpretações, é possível que tenha havido equívoco da douda Comissão de Organização e Divisão Judiciárias ao adotar apenas a BR-277 como linha divisória, na delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de Cascavel, provavelmente com base no antigo mapa do perímetro urbano, pois a referida via foi inicialmente traçada para cortar a cidade exatamente onde hoje se denomina Avenida Brasil e Foz do Iguaçu, respectivamente.

Acontece que a mencionada rodovia não obedeceu o seu traçado do projeto primitivo, derivando da parte central da cidade, daí concluir-se que a intenção dos doutos magistrados era adotar como linha divisória, além da BR-277, as Avenidas Brasil e Foz do Iguaçu, as quais, erroneamente, quase sempre são indicadas como sendo parte integrante daquela estrada.

Por outro lado, a se insistir na descrição do projeto em exame, esta Casa lembraria em lamentável erro e incorrigível injustiça, já que outorgaria praticamente toda circunscrição imobiliária da área urbana de Cascavel a um dos ofícios, em prejuízo do outro, daí o atendimento de que houve manifesto engano na especificação das linhas divisórias.

Quanto à nova redação da alínea "c", parece-nos ser mais elucidativa, evitando assim interpretações que possam trazer dúvidas e incertezas. »

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda. — APROVADA.  
Por mais que tenha havido erro.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, a manifestação de um terço dos Deputados corresponde perfeitamente à afirmativa de que a leitura da emenda deixou de ser entendida pela Casa.

Apelo a V. Exa. que faça uma concessão, para evitar que injustiça seja feita. Foi falta de compreensão do plenário, falta de entendimento, da projeção da leitura da emenda.

V. Exa. como supremo dirigente do Poder Legislativo poderá receber o requerimento e submeter à apreciação dos Srs. Deputados para que não haja injustiça na Casa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. citou que regimentalmente não tem condições. Gostaria de que V. Exa. recorresse ao plenário para decidir sobre a matéria de suma importância. De mais a mais esta Casa é Casa suprema e caberia aqui...

O SR. PRESIDENTE — Vou responder a questão de ordem, apesar de não poder a Mesa receber requerimento desta ordem, porque é considerada matéria vencida. Entretanto, se a maioria dos membros da Assembléia assinar um requerimento dizendo que não entendeu o que foi enunciado, poderá a Mesa, se não houver protesto de nenhum dos Srs. Deputados, reapreciar a emenda.

O SR. WILSON FORTES — (Pela ordem). Sr. Presidente, julgamos a matéria intempestiva e dese já lembro à Mesa que este Deputado está contra.

O SR. PRESIDENTE — Como está contra, um só Deputado, a Mesa não tem condições de receber o requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Mas, Sr. Presidente, V. Exa. disse que se fosse subscrito pela maioria da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Se não houvesse de nenhum Deputado da Casa, protesto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Então teria que ser unanimemente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa iria fazer uma liberalidade fazendo votar uma matéria vencida, mas havendo protesto de um dos Deputados, que chama a atenção para o caso, a Mesa não tem como fazer votar matéria vencida e nem discuti-la.

O SR. LÚCIO MACHADO — Acho que V. Exa. deve receber o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — A questão, Sr. Deputado, é que V. Exa. e a Mesa iriam violentar o Regimento Interno. Desde que um Deputado levantou questão de ordem, a Mesa não tem forma de negá-la, porque seria negar a própria Mesa. Se invertêssemos o Regimento Interno com tanta facilidade, não teríamos nem condições de dirigir os trabalhos.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, solicitando voto de louvor a ex-Diretora da Biblioteca Pública do Paraná, Senhora Lílilana Sperandio, pelos relevantes serviços prestados. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja enviado telex aos Srs. Presidente da República, Ministro das Minas e Energia, Ministro da Agricultura e Presidente da Eletrobrás, apelando em nome desta Casa, no sentido de que sejam tomadas providências junto a CESP, encarecendo adiamento para fim de março do próximo ano, o fechamento das comportas da represa Capivara, no rio Paranapanema. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando sejam enviado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo estudos visando a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito na sede do município de Teixeira Soares. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado solicitando prorrogação de validade das Cédulas de Identidade expedidas pelo Instituto de Identificação do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine conservação da estrada que liga São Mateus a Irati. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de determinar reparos nas estradas de trajeto ligando Palmeira-Ponta Grossa e Palmeira-São João do Triunfo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinado ao Cerimonial do Governo e obrigatoriedade de incluir em todas as solenidades do Governo em cujas matérias de lei tenha participado o Poder Legislativo, a palavra oficial do MDB através do Presidente Regional do Diretório, do Líder da Bancada na Assembléia Legislativa ou do representante credenciado. — EM DISCUSSÃO.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja registrado nos Anais da Casa, o profundo descontentamento do Poder Legislativo pelos atos condenáveis praticados pelo Sr. Secretário do Interior e que o mesmo seja notificado para que se abstenha de envolver a administração pública em atividades político-partidária. — APROVADO.

A Mesa alerta aos Srs. Deputados, primeiro, que há necessidade de quorum e maioria absoluta para votação da 2ª discussão do projeto de Lei 143/75.

E Espera que tenhamos quorum suficiente no sábado, depois de amanhã, à hora regimental, às 14,30. Como adverte também, aos Srs. Deputados, que aqueles que não fizeram 2/3 de frequência durante a convocação extraordinária, perderão o direito à desconvocação da Casa.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, incisto mais uma vez para que não fique impregnada esta Casa de uma injustiça que vai caracterizar.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não recebe emenda de forma nenhuma. É matéria vencida e não pode receber.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando dispensa da audiência da Comissão de Recursos Humanos para o Projeto de Lei 187/75, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final de diversos projetos de Resolução e de Lei. — APROVADO.

O SR. LÚCIO MACHADO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para falar em explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa adverte ao nobre Deputado, que será necessário o encaminhamento à Mesa, de um pedido de prorrogação de sessão, para dar oportunidade a V. Exa. para falar em explicação pessoal.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, encaminho à Mesa requerimento no seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, prorrogação da presente sessão pelo prazo de 30 (trinta) minutos.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1975.

a) LÚCIO MACHADO”

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado pedindo prorrogação da sessão. — APROVADO.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não me importo de, nesta oportunidade, falar no vazio desta Casa.

Há poucos instantes, aqui se caracterizou, na votação do projeto da Organização Judiciária, uma das maiores injustiças que a história política há de contar, suprimindo-se estabelecimento de novo Ofício em cidades grandes, em cidades de densidade populacional considerável, em cidade de territórios três vezes maiores do que Jacarezinho, uma manifestação até de nobreza e de respeito ao serventário público, cartorário, que vive das condições econômicas de seus Ofícios, que suas atividades lhe oferecem, na minha Região.

E Jacarezinho além de ter extensão territorial humilde, lá vai se instalar mais um Cartório de Registro de Imóveis. E isso por falta de cooperação de um dos representantes daquela região, Deputado Wilson Fortes. Porque, se não fosse S. Exa., naturalmente, nenhuma contestação haveria, naturalmente, nenhum fato jurídico impediria de retornarmos à análise da letra “h”, do artigo 11, da Reforma Judiciária. Nesse processo, do qual participei ativamente, como membro da CCJ., dei meu Parecer, e aceitei pedido de Companheiros para que não se prejudicasse quem quer que seja em nenhum lugar. Esse processo veio prejudicar a minha Região, veio prejudicar o homem de Ofício, veio prejudicar uma atividade econômica.

Simplemente, porque faltou a compreensão, a colaboração, o apoio e o respeito do eminente Deputado Wilson Fortes, que fez questão de levantar uma Questão de Ordem, proibindo a recepção de minha Questão.

Mas, quero deixar bem claro que acredito na soberania do Plenário e tenho a assinatura de 27 Srs. Deputados. Voltarei a pedir talvez de forma judicial, até, que seja retificada a votação dessa emenda, porque isso simplesmente poderá denegrir esse Poder, que luta na constância de todos os dias, para que injustiça não haja em nenhum canto do Estado do Paraná. É lamentável esse acontecimento e a história política desse Estado, vai dizer que um interesse de uma pessoa, um interesse particular às vezes, de um representante do povo, pode criar uma injustiça

que vai causar prejuízos incalculáveis àquele cidadão que lutou a vida inteira num Ofício de Cartório...

O SR. WILSON FORTES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Queremos esclarecer a V. Exa., para que não faça mau juízo de nossa atitude. Estivemos presente à última reunião da Comissão de Constituição e Justiça e essa Emenda é do nobre Deputado Gilberto Carvalho. Lá na reunião, solicitamos aos Deputados presentes que votassem a favor da emenda, cuja emenda suprimia a criação. Ocorre que aqui tomamos essa atitude, tão somente porque V. Exa. pretendia quebrar o Regimento Interno. Não temos interesse nenhum, no Cartório de Jacarezinho, como nunca tivemos em nossa vida inteira. Mas, V. Exa. quer mudar o Regimento Interno, intempestivamente, razão pela qual tomamos a iniciativa de dirigir nossa palavra ao Presidente da Casa, dizendo que estávamos contra, mas contra a atitude de V. Exa.

Na reunião da CCJ, solicitamos que votassem a favor da emenda. Aqui ela passou, e V. Exa. que estava interessado não percebeu, e já estava na votação da 20ª, quando V. Exa. quis retroceder e fazer com que o plenário votasse novamente. Isso é uma quebra do Regimento Interno.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Wilson Fortes nós repetimos, V. Exa., como Deputado antigo desta Casa, deve lembrar, que muitas vezes já retrocederam; apenas para satisfazer a vontade que muitas com interesses particulares o fizessem, satisfazer a vontade, os interesses de V. Exa., Jacarezinho, cidade que V. Exa. também representa, vai ter dois cartórios. V. Exa. caracterizou sua vontade e eu saio daqui ressentido, porque depois de ter dado a minha participação num projeto como esse, vejo a injustiça caracterizada para a região que represento.

Era isso que queria dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para explicação pessoal). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Magoado, ressentido, trazendo nestê fim de expediente uma notícia que entristece o civismo paranaense; acabo de receber um telefonema de São Miguel do Iguçu, de que se constatou aqui neste Estado mais uma vez a arbitrariedade, o desmando e a violação do direito de propriedade e dos direitos de liberdade de locomoção, acumulada com violação de domicílio.

Segundo o que me anunciou o ex-Funcionário desta Casa e hoje residente no município e cidade de São Miguel do Iguçu, Honorino Colla, esse famigerado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária invadira propriedades e residências no distrito de São José do Itavó, numa área de terras onde há mais de sessenta anos ali residem famílias indígenas, bugres que nasceram antes da civilização se implantar neste País. Violaram quatro casas, atearam fogo e escoraçaram as famílias que ali residiam.

Venho, neste final de expediente, deste Poder, solicitar providências do Secretário de Segurança Pública, para que determine que medidas urgentes sejam tomadas para coibir esses abusos que o INCRA vem cometendo neste país de norte a sul. Deste modo, estar-se-á evitando que, mais uma vez, violências sejam tomadas e cometidas pelo Poder Público Oficial, através do Instituto Nacional de Reforma Agrária.

Não poderia sair com a consciência tranquila daqui hoje se não fizesse esta denúncia, se não viesse em socorro das famílias que estão a sofrer coações físicas e materiais por parte de um órgão administrativo, sem qualquer respaldo do Poder Judiciário.

O Deputado Jayme Carvalho ontem, com o qual foi solidário, fez denúncias neste sentido.

Deixo com tristeza este registro nesta Casa de atos que estão sendo cometidos pelo Poder Público, os quais são contra

a segurança da família e a estabilidade da família daquela região. Saio com tristeza da tribuna desta Assembléia hoje, porque fui obrigado a falar contra um órgão oficial do Governo, que vilependiou e incendiou propriedades privadas.

Assim sendo, não poderia deixar de, neste final de expediente, fazer esta denúncia e requerer que S. Exa., Secretário de Segurança Pública, tome as devidas providências no sentido de que se estabeleça e restabeleça a segurança das famílias daquela região, principalmente dos nativos, dos indigentes que lá vivem há muitos e muitos anos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sábado dia 20, às 14,30 horas com seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 141/75, 142/75, 143/75, 144/75, 145/75, 146/75, 147/75, 148/75,

149/75, 150/75, 151/75, 152/75, 153/75, 154/75, 155/75, 156/75, 157/75, 158/75, 159/75, 160/75, 161/75, 162/75, 163/75, 164/75, 165/75, 166/75, 167/75, 168/75, 169/75, 170/75, 171/75, 172/75, 178/75, 179/75, 180/75, 181/75, 182/75, 183/75, 184/75, 185/75, 186/75, 187/75, 188/75, 189/75, 189/75, 190/75, 191/75, 192/75, 193/75, 194/75, 195/75, 196/75, 197/75, 198/75, 199/75, 200/75, 202/75, 204/75, 206/75, 207/75, 208/75, 209/75, 210/75 e de Lei número 184/75,

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 238/75, 239/75, 240/75, 241/75, 243/75, 242/75, 244/75, 245/75, 246/75, 246/75, 248/75, 249/75, 250/75, 251/75, 252/75 e de Lei nº 143/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 203/75 e de Lei nºs 185/75, 187/75.

Levanta-se a Sessão.